

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 9 de outubro de 2023 - Ata n.º 95.

Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Ana Júlia** (na função de 1.ª Secretária) e **Goura** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **95.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Gostaria de fazer um apelo aos Sr.ºs Deputados que estão em seus gabinetes, que venham ao Plenário, nosso quórum está muito baixo e eu gostaria que os Parlamentares, Deputados e Deputadas, viessem ao Plenário. Solicito ao Deputado Goura que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Goura – PDT): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todas e a todos. (Procedeu à leitura da Ata da 94.ª Sessão Ordinária, de 4 de outubro de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto a Deputada Ana Júlia se há Expediente a ser lido.

SR.ª 1.ª SECRETÁRIA (Deputada Ana Júlia – PT): Sim, Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 823/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 722/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.673; **Ofício n.º 825/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 668/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.660; **Ofício n.º 826/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 728/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.663; **Ofício n.º 827/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 555/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.659; **Ofício n.º 828/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 687/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.664; **Ofício n.º 829/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 670/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.671; **Ofício n.º 830/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 667/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.667; **Ofício n.º 831/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 671/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.670; **Ofício n.º 832/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 688/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.662; **Ofício n.º 833/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 689/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.665; **Ofício n.º 834/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 691/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.661; **Ofício n.º 835/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 692/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.666; **Ofício n.º 836/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 743/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.669; **Ofício n.º 837/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 744/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.668; **Ofício n.º 838/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 723/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.678; **Ofício n.º 839/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao

Projeto de Lei n.º 669/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.676; **Ofício n.º 840/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 727/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.675; **Ofício n.º 841/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 741/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.683; **Ofício n.º 842/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 745/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.672; **Ofício n.º 843/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 742/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.684; **Ofício n.º 844/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 725/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.680; **Ofício n.º 845/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 726/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.681; **Ofício n.º 846/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 637/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.677; **Ofício n.º 847/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 724/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.679; **Ofício n.º 848/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 690/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.674; **Ofício n.º 849/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 666/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.682; **Ofício n.º 850/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 257/2021, que foi convertido na Lei n.º 21.685; **Ofício n.º 851/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 88/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.686; **Ofício n.º 998/2023** do Tribunal e Contas do Estado do Paraná, com informações referentes aos limites para elaboração da proposta orçamentária do TCE/PR e o fundo especial do controle externo do Tribunal de Contas para o exercício de 2024; **Ofício n.º 2779/2023** da Casa Civil, encaminhando reposta da Secretaria e Estado a Segurança Pública a Requerimento da Deputada Lucina Rafagnin; **Ofício n.º 2787/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, a Requerimento dos Deputados Tião Medeiros, Luiz Fernando Guerra, Do Carmo, Delegado Jacovós, Alexandre Amaro, Anibelli Neto,

Arilson Chiorato, Requião Filho, Doutor Batista, Goura, Emerson Bacil, Professor Lemos, Maria Victória, Estacho, Cantora Mara Lima, Luiz Claudio Romanelli, Tercílio Turini, Delegado Recalcatti, Delegado Fernando Martins, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Michele Caputo e Ricardo Arruda; **Ofício n.º 2790/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública a Requerimento do Deputado Cobra Repórter.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, hoje temos uma série de justificativas de Deputados de não estarem presentes em função das fortes chuvas no Interior, estradas interditadas, voos cancelados. Então, muitos Parlamentares, infelizmente, não estão aqui no Plenário. Por proposição do Deputado Anibelli e também por nosso apoio e dos Deputados do Sudoeste, teremos o Grande Expediente hoje dividido em duas partes; uma delas será destinada para ouvirmos o Editor e Presidente da Editora Jornal de Beltrão, jornalista e historiador Ivo Pegoraro, que falará sobre a Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná, que é comemorada anualmente em 9 de outubro, através da Lei Estadual de n.º 16.850, de 1.º de julho de 2011, Lei de iniciativa do Deputado Anibelli e de nossa iniciativa; na sequência, vamos ouvir, por solicitação do Deputado Luís Corti, a Sr.^a Cláudia Regina Leão do Nascimento Thomaz, Superintendente da Receita Federal do Paraná. Registro a presença na Casa do Ex-Governador Orlando Pessuti, que aqui está e hoje é Secretário do Codesul; dos filhos do jornalista Ivo Pegoraro, Sr.^a Camila Slongo Pegoraro, advogada, Procuradora Municipal da Prefeitura de Francisco Beltrão, e Sr. Adolfo Slongo Pegoraro, jornalista também do Jornal de Beltrão; da Sr.^a Letícia Trento Comin, neta de Jácomo Trento, o *Porto Alegre*, personagem da Revolta dos Posseiros; do Sr. Pedro Comin Moreira, bisneto de Jácomo Trento; da Sr.^a Mariana Baggio Anibelli, irmã do Deputado Anibelli, que é autora também de um livro que escreve a história da Revolta dos Posseiros; do Sr. Fabiano Blonski, Superintendente Adjunto da Receita Federal na 9.^a Região Fiscal, Paraná e Santa Catarina; do Sr. Eriton Lima de Oliveira, Superintendente Adjunto da Receita Federal da 9.^a Região Fiscal, Paraná e Santa Catarina; e do Sr. Francisco Horst Bignardi Reinhardt, Assessor do Gabinete de Relações Institucionais da Receita

no Paraná. Neste momento, vou conceder a palavra ao Deputado Anibelli para que faça a saudação aos nossos visitantes, principalmente àqueles que têm relação com a Revolta dos Posseiros, a principal e mais importante revolta que aconteceu no País em 1957, que visava à defesa da pequena propriedade e com certeza, após isso, a primeira reforma agrária instituída no Brasil. Deputado Anibelli.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Boa tarde, Presidente Traiano. Saúdo V.Ex.^a, o Deputado Goura, a Deputada Ana Júlia, em nome da Mesa Executiva. Boa tarde, Sr.^s e Sr.^{as} Parlamentares, funcionários da Casa, amigos que nos assistem pela *TV Assembleia*. Uma saudação muito especial aos nossos visitantes, que nos brindam com suas presenças, na figura ilustre do Sr. Ivo Pegoraro. Quero dizer que hoje é uma data histórica e memorável, tanto para o nosso estado, inspirado pela bravura e coragem da boa gente do Sudoeste, quanto para mim em particular, que no exercício do quarto mandato parlamentar celebro, através da minha primeira proposição parlamentar convertida na Lei Estadual n.º 16.850, de 2011, em coautoria com o Deputado Presidente Ademar Traiano, a inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná da data de 09 de outubro, como comemorativa e reflexiva do Dia da Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná. Registre-se, senhoras e senhores, que o sudoeste paranaense, palco da Revolta dos Posseiros, também conhecida como Revolta Camponesa, Revolta dos Colonos ou, ainda, Levante dos Posseiros, é historicamente, Deputada Luciana Rafagnin, marcado por acirradas disputas por terra desde o início de seu efetivo povoamento, nos anos 40 do século passado. Rememoramos aquele cenário na década de 50, quando a região sediou este intenso conflito pela posse da terra, movimento que envolveu disputa de áreas agrícolas entre o Governo Federal, Estadual, companhias de terras e posseiros, nas cidades sudoestinas de Francisco Beltrão, Capanema, Pato Branco, Santo Antônio do Sudoeste e Dois Vizinhos; e cujas demandas sociais surgiram nas Glebas Missões e Chopim, na fronteira com a Argentina. Comungo plenamente da visão do estadista inglês Winston Churchill de que “Quanto mais longe você consegue olhar para trás, tão mais longe você está apto para ver à frente”. Como será exposto por nosso conceituado jornalista, escritor e historiador Ivo Antonio

Pegoraro, Cidadão Honorário do Paraná, a Revolta dos Posseiros foi um episódio de confronto armado, constituído por um levante, com ápice nos dias 09 e 10 de outubro de 1957, há exatos 66 anos passados, tendo como palco da mobilização popular organizada as cidades-sede de Francisco Beltrão e Pato Branco; cuja repercussão e resultado final garantiram que fosse construída uma das maiores experiências bem-sucedidas da agricultura familiar do país, à época. Sei pelos relatos lidos e testemunhos de meu avô Dr. Antoninho Anibelli e do meu pai Antonio Martins Anibelli, que neste período a insatisfação popular era tão grande a ponto da população de Pato Branco pegar em armas e se rebelar, sendo que no dia 09 de outubro de 1957, aproveitando a ausência do Prefeito Municipal, os posseiros tomaram conta da cidade; e a notícia chegando à Francisco Beltrão fez com que os colonos de lá também aderissem e juntaram-se à causa, tomando a cidade no 10 de outubro e, sucessivamente, outros municípios sudoestinos seguiram na mesma trilha. Diversas pesquisas e publicações acadêmicas, fruto de trabalhos de graduação, teses de especializações e mestrados destacam esse evento, a exemplo dos títulos: *A luta que se fez terra*, de Jaci Poli do Instituto Federal do Paraná; *Dizeres em Confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*, de Éverly Pegoraro; e *Estudo sobre a Revolta dos Posseiros* da Professora e Socióloga Íria Zanoni Gomes, autora do livro *1957: A revolta dos Posseiros*. Por sua vez, o trabalho *Ontem, confrontos e conflitos; hoje monumentos: o Levante dos Posseiros de 1957*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, pelo Professor Moacir Motta da Silva, descreve que: *Os colonos não sabiam a quem recorrer para pedir ajuda, pois, no campo político, contavam apenas com o Senador Othon Maeder em Brasília e com o Deputado Estadual Anibelli. Ambos faziam uma ferrenha oposição ao Governador Moysés Lupion, o que possibilitou que tratassem a problemática dos colonos com toda atenção. Conflitos agrários no sudoeste do Paraná: as trajetórias de colonos da região de Verê*, escrito em 1957 por Kauan Juliano Cangussú, da UFPR, denuncia que: *Bem conhecido na região, Pedrinho Barbeiro morava em Verê e era vereador do município de Pato Branco. Filiado ao PTB, após começar a organizar um*

abaixo-assinado e a recolher assinaturas e dinheiro para levá-lo à capital para o Presidente JK, o vereador, senhoras e senhores, foi assassinado em sua casa por dois jagunços no dia 21/05/1957. O seu assassinato repercutiu muito em todo o Sudoeste e deslegitimou ainda mais a atuação das autoridades locais, visto que não tomaram nenhuma providência para investigar o caso. O delegado de Pato Branco não quis abrir um inquérito e, de modo suspeito, foi contratado um mês depois como funcionário da Comercial. O crime, todavia, foi relatado pelo Deputado Estadual Antonio Anibelli, também do PTB, na Assembleia Legislativa e, por isso, foi determinado o envio de um médico legista de Curitiba para realizar a autópsia do corpo. Sem embargo, transcorridos dois meses, o resultado ainda não havia sido enviado para Pato Branco e, alguns meses após esse trágico episódio, que causou grande comoção no local, os colonos decidiram que era a hora de reagir aos jagunços com armas. No artigo *A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná: Encontros e Desencontros na Luta pela Terra*, dos Professores da Unicentro Maria de Lourdes, Ariel José Pires e Nilza Maria Schmitz, descrevem expressamente em trechos da narrativa que: *Aí, fomos brigando, brigando e tínhamos do nosso lado o Deputado Antonio Anibelli, que fazia as denúncias do que as companhias faziam. Ele era um homem e Deputado de muita coragem.* Projeto de Lei do Deputado Antonio Anibelli n.º 52/63, criando o Posto Agropecuário de Pato Branco, contém em sua mensagem a justificativa da menção sobre o feito heroico de sua gente valorosa ao mencionar no documento que: *A cidade de Pato Branco é das de maior progresso do Estado do Paraná, conhecida como a Londrina do Sul. Centro altamente produtor de cereais, pois tem nas suas terras uma agricultura adiantada, graças ao êxodo do elemento humano, que veio do Sul do país atendendo ao grito de "Marcha para o Oeste" do inolvidável Presidente Getúlio Vargas. Sua Comarca se compõe no momento do município do mesmo nome, de Coronel Vivida e Dois Vizinhos, com uma população superior a 80.000 habitantes. Também é necessária a instalação de um Posto Agropecuário nessa cidade, pois sua população, como a de Francisco Beltrão e Santo Antônio, escreveu com o seu sangue na revolta agrária do Sudoeste Paranaense, em outubro de 1957, uma das mais belas páginas de*

*coragem que a nossa história registra, iniciando de fato a luta pela Reforma Agrária neste País. O que seria, senhoras e senhores, sem a Revolta dos Posseiros no nosso Sudoeste? Na dissertação de minha irmã Mariana Baggio Anibelli para obtenção do título de Mestre em Direito da PUC/PR, transformada no Livro *Luta pela Terra no Contestado*, que ela nos brindou hoje, ela também destacou a coragem e o compromisso público permanente do patriarca político da Família Anibelli, junto com a firmeza de propósito ao afirmar que tínhamos um lado, o lado do povo, ao narrar que: *A oposição de Lupion não mediu esforços no intento de denunciar tal negociata e a má-fé do governo aliado às companhias, estando especialmente representada pelo Deputado Estadual Antonio Anibelli, Líder da Bancada do PTB paranaense, que várias vezes utilizou-se da tribuna para denunciar a lamentável situação na qual se encontrava o Sudoeste Paranaense. Com tais denúncias, essa contenda ganhou destaque tanto no cenário estadual, quanto nacional.* Em junho de 2011, quando ex-Deputados do Sudoeste foram homenageados pela Mesa da Assembleia Legislativa, Antonio Annibelli e Walter Alberto Pecoits, personagens da Revolta dos Posseiros, foram homenageados postumamente na sessão itinerante, e lá naquele dia eu estava lá recebendo a honraria. Eu falei naquela ocasião sobre a tradição política da nossa família na região Sudoeste, o que para nós é um orgulho muito grande, motivo de emoção e felicidade estar em Francisco Beltrão, município criado pelo meu avô, Antonio Anibelli, que fazia campanha a cavalo muitos anos atrás; e que participou da Revolta dos Posseiros, na defesa intransigente daqueles pequenos agricultores que iam lá colonizar as pequenas propriedades, dar condições e sustento às suas famílias. Senhoras e senhores, esse cidadão, que tenho orgulho de carregar e a responsabilidade de carregar o seu nome, chegou ao Governo do Estado entre 3 de abril até 1.º de maio, Pessuti, de 1955. E meu pai esses dias me contou que quando Antônio Anibelli foi falar com seu sogro, Manuel Lustosa Martins, e disse: *Eu posso, Ivo Pegoraro, ser referendado mais oito meses pela Assembleia para ficar no Governo do Estado? Qual a sua opinião?* E meu bisavô disse: *Você sabe o que tem que fazer.* E meu avô falou: *Eu entendi.* E ele não ficou no Governo do Estado para se candidatar mais uma vez e para*

trabalhar arduamente pela regularização das terras devolutas. São lutas como essa que valem a pena você estar na vida pública, tentando, com humildade, mas com coragem, honrar o nome deste meu avô. Por isso, Presidente Traiano, é uma honra muito grande estar podendo comemorar os 66 anos da Revolta dos Posseiros. Agradeço a oportunidade, tenho certeza que o meu amigo Ivo Pegoraro terá muito mais capacidade e condições de apresentar muito mais notícias, muito mais dados, muito mais fatos. Mas é importante, como disse na abertura da nossa exposição, que esses fatos sejam anualmente lembrados, para que a nossa juventude que vem nos visitar saiba das histórias do nosso Estado do Paraná. Por isso, é um prazer muito grande neste dia, 9 de outubro, estar aqui participando deste evento e pedindo a Deus que nos dê força e coragem para continuar a nossa luta. Viva o Sudoeste! Viva a Revolta dos Posseiros! Muito obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, concedo a palavra a Ivo Pegoraro, que é o Editor e Presidente da Editora Jornal de Beltrão.

SR. IVO ANTÔNIO PEGORARO: Boa tarde a todos. Saúdo o Presidente da Assembleia, Deputado de Francisco Beltrão, Ademar Traiano; saúdo também e agradeço o convite do Deputado Anibelli Neto para falar sobre a Revolta. É um tema que daria alguns dias aí e acho que bastante já foi falado aqui, mas começo dizendo que divido a Revolta em três partes. A primeira parte vai de 1889 a 1957. São 67 anos e meio de grandes negociações entre os Governos Federal e Estadual e as empresas construtoras de estradas, colonizadoras ou imobiliárias. A segunda parte vai de maio a outubro de 1957, são cinco meses de grande instabilidade social provocada por intensos conflitos entre jagunços das companhias de terras e as famílias dos posseiros. A terceira parte é da segunda semana de outubro de 1957, são os dias de mobilização das comunidades e das históricas negociações entre as lideranças dos posseiros e os integrantes das companhias imobiliárias, com a intermediação do Exército. No fim do século XIX, o Brasil enfrentava uma deficiência de transporte que não foi resolvida até hoje: a falta de estradas de ferro. A mesma condição que o Brasil vive hoje, 134 anos atrás. Em 1889, o

Governo do Império contratou uma empresa dos Estados Unidos para construir uma estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. O pagamento era em troca de uma área de terras de nove quilômetros de cada lado da ferrovia. Só que logo depois foi criada a República e as terras que pertenciam à União passaram para o Estado, e o Paraná é que foi incumbido de fazer o pagamento. E uma das áreas que o Paraná deu para o pagamento da estrada de ferro foi a Gleba Missões, que é aquela terra onde mais tarde ia acontecer a Revolta dos Posseiros. É bom lembrar que a primeira companhia vendeu os direitos da estrada de ferro São Paulo/Rio Grande, que ela construiu a estrada, mas depois faliu e os bens dela voltaram para a União. Então, a terra que primeiro era da União, depois passou para o Estado, passou para a companhia construtora de estrada e voltou para a União outra vez. Outra história é do José Rupp. Após muita batalha na Justiça e passados 18 anos, ele ganhou, em 1938, um crédito de 4 milhões e 700 mil cruzeiros por serviços que prestou ao Governo Federal em Santa Catarina. Ele ganhou, mas não conseguiu receber. Aí surgiu a Citla, que é a Clevelândia Industrial e Territorial Limitada, criada em 1947, por 26 acionistas, liderados por Mário Fontana. Em 1950, a Citla comprou aquele crédito de 4 milhões e 700 mil do José Rupp, e negociou em troca a Gleba Missões, que era avaliada em torno de 300 milhões de cruzeiros, mas não teve a aprovação do Senado. Mesmo assim, a Citla se considerava dona da área e começou a fazer vendas daquelas terras, que já estavam ocupadas em grande parte por posseiros. A Citla abriu escritório em Francisco Beltrão no ano de 1950. Os posseiros foram alertados que a Citla vendia, mas não fornecia documentos. Em 1951, uma Comissão de Lideranças da Vila Marrecas, futura Francisco Beltrão, foi ao Rio de Janeiro para saber como ficava a questão. E a conclusão foi que a Citla não poderia vender terras cuja propriedade, no mínimo, estava sendo contestada na Justiça. Enquanto as negociatas aconteciam entre Governos e companhias de terra, a região ia sendo ocupada por posseiros vindos principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com o incentivo do Governo Federal que, em 1943, criou a Cango – Colônia Agrícola Nacional General Osório, nas terras da Gleba Missões. E como aquela área toda estava sub judice, a Cango também não fornecia documentos

aos posseiros. A segunda parte de conflitos é de 1957, porque foi o ano que a Citla vendeu boas áreas de suas pretendidas terras para outras duas empresas: a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda, dirigida por Lino Marchetti, que no papel comprou 21 mil alqueires na Região de Verê; e a Companhia Colonizadora Apucarana Ltda, dirigida por Amin Maia, comprou mil alqueires, na região da fronteira com a Argentina. As companhias Comercial e Apucarana, além de aumentar o preço cobrado pelas terras, ainda contrataram jagunços para trabalhar como corretores. Os jagunços iam armados nas moradas dos posseiros e ameaçavam expulsar quem não pagasse pela posse da terra. Quem não pagava à vista tinha que assinar contratos ou promissórias, como tem contrato exposto aí na exposição que Francisco Beltrão está fazendo aqui na Assembleia. Sobre o valor das terras, se comparados com os valores de hoje, eram baixos, como escreveu Elias Féder, genro de Mário Fontana, em seu livro *200.000 Alqueires por uma caixa de fósforo*. Valiam pouco, mas havia dificuldade também para fazer dinheiro naquele tempo. O que se estima é que fosse em torno, no começo, um salário-mínimo por alqueire - terras que hoje valem 100 a 200 salários-mínimos. Quer dizer, no mínimo 100 a 200 vezes mais baratas do que hoje eram as terras. Mas as condições para fazer o dinheiro eram difíceis naquela época e, também, não queriam comprar algo que não tinha valor. É importante também registrar a politização do problema. O pessoal do PSD, o Partido que governava o Estado, com Moysés Lupion, e o Brasil com JK, defendia as companhias de terra; e o PTB, que era a Oposição, defendia os posseiros. Na defesa dos posseiros tiveram atuação marcante o Senador Othon Mader e o avô do Deputado Antônio Anibelli Neto, o Deputado Antônio Anibelli, que era de Clevelândia e atuava em toda a região. Fato marcante, como já se disse, foi a morte do Pedrinho Barbeiro em 21 de maio. Sucederam-se, então, vários confrontos armados por iniciativa dos posseiros. Eles não aceitavam a presença das companhias e, por isso, achavam que iam tirar na bala o que não conseguiram também. Dia 2 de agosto teve no Verê, depois teve na Esquina Gaúcha, na região de Capanema, e mais um em Pranchita no dia 14 de setembro, um no Rio do Mato, onde mataram o Rei Mundinho, além de outros confrontos. No confronto armado de Verê se morreram

jagunços não se sabe. O Dr. Walter, que era médico em Beltrão, contava que atendeu vários feridos em seu hospital. Dos colonos morreram dois: Guilherme Oening e Leopoldo Preilepper, o Tigrinho. Sua viúva Ana Paula Preilepper tem uma das histórias mais marcantes de toda essa revolta. No dia seguinte, ela foi buscar o corpo do marido, que amanheceu coberto de geada, e o pessoal das companhias debochavam dela. Depois ainda, ela foi perseguida por eles. Depois, ela se mudou para o Paraguai. Um dia ela voltou em Francisco Beltrão, foi visitar o Dr. Walter e ele me chamou, e ela nos contou que não tinha falado nunca para ninguém, mas um dia ela teve que se armar e atirar nos jagunços. Ela disse que matou dois jagunços para não se entregar a eles e defender as suas crianças, seus três filhos pequenos que ela cuidava. E o problema como foi falado da dificuldade de atestado de óbito do Pedrinho Barbeiro, também aconteceu com... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ivo, por favor, pode continuar.

SR. IVO ANTÔNIO PEGORARO: Também aconteceu com o Leopoldo Preilepper. A Dona Ana Paula só conseguiu o atestado de óbito 26 anos depois da morte dele. Então, o clima de insegurança era de tormento para todas as pessoas. Para fugir dos jagunços, como já se falou aqui, as famílias inteiras abandonavam as suas casas e iam dormir no mato ou na casa de algum parente, algum conhecido, e tinha também quem voltava para o Rio Grande ou simplesmente ia embora da região. As companhias tinham escritórios em Francisco Beltrão, Santo Antônio do Sudoeste, Capanema e Verê, que na época era distrito de Pato Branco. A agressividade das companhias de terra se devia também as suas condições financeiras. Após serem expulsos da região, a Citla e suas subsidiárias tentaram um acordo amigável com a União, queriam receber pela terra que legalmente não lhes pertencia, mas um longo estudo feito por profissionais do Inic - Instituto Nacional de Imigração e Colonização, mostrou que o acordo só interessava a Citla, que tinha perdido todos até então os seus pleitos judiciais. Através daquele estudo, o então Deputado Antônio Anibelli divulgou que as dívidas das companhias com o Banestado, o banco oficial do Paraná, era de 615 milhões de

cruzeiros, e elas queriam receber naquele acordo com a União 680 milhões de cruzeiros pelas glebas Missões e Chopim. A Citla obteve indenizações mais tarde, mas foi décadas depois, foi pelas benfeitorias que fez na região, como a abertura de estradas, aeroporto e construções. Então, a data de 9 de outubro ficou na história oficializada pela Lei criada pelo Deputado Ademar Traiano e Anibelli Neto, porque foi um dia em que os jagunços abusaram de crianças nas Águas do Verê. O Jácomo Trento, que está representado aqui por sua neta e seu bisneto Pedro, ele percorria a região fazendo vendas de rádios e ele conhecia a história dos posseiros. Ele comunicava ao Ivo Thomazoni, futuro Deputado e Presidente desta Assembleia, e o Ivo Thomazoni denunciava pela rádio Colmeia de Pato Branco. As pessoas começaram a se reunir no Centro da Cidade e pediam providências. Foi então que se criou a Junta Governativa, destituindo as autoridades do município, e tinha gente lá tão revoltada que queria vir para Curitiba e destituir também o Governador. Enfim, o Jácomo Trento foi nomeado delegado lá de Pato Branco. Na noite do dia 9, lideranças de Pato Branco receberam lideranças de Francisco Beltrão, para fazer o mesmo em Beltrão. No outro dia, 10 de outubro, os posseiros começaram a se reunir, do jeito que mostram as fotos aí, todos muito armados de revólver, espingarda, foice, facão, tudo que eles tinham, e estavam prontos para enfrentar os jagunços e todos que trabalhassem para as companhias de terras. Então, mesmo quem fosse lá secretário, qualquer tipo de ajudante, também era arrolado como se fosse jagunço. Mostra a história - e já foram conferidas pelas fotos - que era em torno de 4 mil posseiros que tomaram conta da cidade, que não tinha mais de 4 mil habitantes. Então, de um dia para o outro, dobrou a população. Até as mulheres pegaram em armas naquele dia, como vemos aí a Dona Lida Sanderson, e os colonos saíam para o interior e voltavam com caminhões cheios de jagunços presos e entregavam para o Exército. E aí que começa a terceira parte que eu acho muito marcante, a parte mais importante de todas para o resultado final, que é o exemplo para o país, porque esse foi o único movimento agrário que teve resultado positivo. Foi a primeira vez que os pequenos venceram os grandes, como dizia o Dr. Walter, o principal líder dessa revolta. Vários fatores foram decisivos para que as lideranças buscassem uma negociação, evitando o

derramamento de sangue. Primeiro, que os confrontos armados não tinham resolvido nada, resultaram em mais perdas do que ganhos aos posseiros. Segundo, que os moradores das cidades também estavam sendo cobrados para adquirir terras, e muitos já vinham até feito pagamentos para companhias que legalmente não eram donas. E os empresários, assim como os médicos e demais profissionais liberais, tinham clientes dos dois lados do conflito. Em terceiro lugar, o Paraná estava sendo ameaçado de intervenção federal. Vale lembrar que até hoje, na região sudoeste, as pessoas falam que o então Governador Moysés Lupion era sócio da Citla. Documentos mostram que o seu nome não estava entre os acionistas da Citla, mas, segundo denúncia do então advogado Edu Potyguara Bublitz, o Governador estava do lado das companhias e era conivente com a violência. Ao se sentir ameaçado de intervenção federal, o Governo do Estado passou a ouvir as lideranças da região, em Pato Branco admitiu a nomeação do Jácomo Trento, o popular Porto Alegre, como delegado de polícia, e nessa condição ele fez várias prisões na região de Verê. É importante comparar com o que aconteceu na Guerra do Contestado, em Santa Catarina, de 1912 a 1916. Lá teve confronto das forças dos posseiros contra as forças do Exército Nacional. No Sudoeste do Paraná, o Exército muito contribuiu para evitar um grande conflito. Os soldados chegaram a abrir trincheiras em Francisco Beltrão, preparados até para confrontos armados que, felizmente, acabaram não acontecendo. E os diretores das companhias de terras aceitaram se retirar da cidade, primeiro, para se refugiar no aeroporto e, depois, sempre escoltados pelo Exército, mudar para Mariópolis, a então vila do Mário Fontana, principal acionista da Citla. Ainda assim, havia posseiros decididos a atirar nos jagunços que estivessem em suas casas, cobrando de suas terras, que não podiam vender, e ainda abusando de suas famílias. Esse confronto também foi evitado porque as lideranças da revolta, em Francisco Beltrão, anunciaram que o comboio das companhias saia pela Estrada do Pedro Volta, onde uma multidão de posseiros se aglomerou com suas armas engatilhadas, mas estrategicamente a saída foi pelo Morro da Antena. Ao saber que tinham sido logrados, os posseiros voltaram para o centro da cidade, invadiram os escritórios das companhias e destruíram toda documentação que

encontraram. Só não queimaram os documentos na rua porque havia o risco de incêndio na cidade, que tinha todas as casas de madeira. Nos dois dias seguintes, ainda conseguiram com o chefe de polícia Pinheiro Júnior a nomeação do médico local que defendia os posseiros, Dr. Walter, como delegado de polícia. As companhias tinham ido embora, mas a região viveu ainda alguns anos de insegurança e exploração de sua grande riqueza natural, que era uma das maiores florestas de pinheiro do mundo. A paz, como já se falou aqui, e a segurança voltou a Francisco Beltrão e região, após a criação do Gesop - Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, órgão misto do Governo Estadual e Federal, que de 1962 a 1973, titulou todas aquelas terras. Estamos, portanto, há 50 anos do fim daquela passagem marcante da história não só do Sudoeste, mas de todo o Paraná e o Sul do Brasil. Após 67 anos de negociações, cinco meses de conflitos, uma semana de negociações, cinco anos de espera e finalmente 11 anos de demarcações, a paz e a segurança voltaram para os posseiros, que passaram a ser até hoje proprietários de suas terras. Em 2007, após termos ouvido dezenas de participantes daquele conflito todo, resumi em versos a Revolta... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ivo, vou pedir que você conclua, porque temos mais um evento e a Superintendente da Receita precisa decolar às 16 horas daqui para Brasília. Então, peço a você a gentileza de concluir.

SR. IVO ANTÔNIO PEGORARO: Conclui assim em versos a Revolta dos Posseiros: *A Revolta dos Posseiros, um marco da nossa história, mais do que passado de glórias, lembra o tempo do grileiros e dos nativos pinheiros, a maior parte cortada e bem mal aproveitada, por ser de terra sem dono, e por mais que o bom colono planejasse sua morada. Veio o título legal quando o Gesop foi criado pelo Governo do Estado e o Governo Federal. O período litigal deixou lição incontestes; se submetido a algum teste, é bravo e determinado. Merece ser respeitado o povo do Sudoeste.* Obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Agradeço ao nosso historiador Ivo pela explanação em relação à Revolta dos Colonos.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Pela ordem, Presidente. Gostaria de fazer uma rápida intervenção.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Rápida intervenção, porque o Anibelli fez um tratado aqui. Ele tomou o tempo do Ivo, mas valeu a pena! Deputado Reichembach, por favor.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Quero te cumprimentar Traiano, como Presidente e conhecedor, lembra desse evento e sei que conhece muitos detalhes também. Cumprimentar o Anibelli, que tomou esta bela iniciativa, o Pessuti e o palestrante Ivo Pegoraro. E dizer que realmente esse evento em Francisco Beltrão, essa Revolta foi muito marcante, chamou a atenção do País, trouxe o Presidente da República para o Paraná, para o Sudoeste, para ajudar a resolver essa situação. E esse detalhe colocado na terceira parte da explanação do jornalista Ivo Pegoraro mostra, mais uma vez, o envolvimento direto do Governo Federal com a criação do Gesop, que é o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste, para legalizar aquela região, que ficou vinculado diretamente ao gabinete do Presidente da República. Então, existem muitas publicações, livros. O jornalista Ivo Pegoraro, que é Cidadão Honorário do Paraná, vem dando um foco muito grande, com publicações também, essa iniciativa da exposição ali no saguão, com o apoio do Presidente Traiano e do Deputado Anibelli. Fiquei muito feliz porque assim conseguimos reviver, fortalecer, manter viva realmente essa história, porque foi nesse ambiente que muitas pessoas pagaram com sacrifício, com muito horror que ali se estabeleceu, alguns pagaram com a própria vida. Mas valeu a pena, a reforma agrária aconteceu no Sudoeste do Paraná. Muito obrigado. Parabéns a todos. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Bom, esse registro é feito em nome de todos os Deputados do Sudoeste do Paraná, Deputado Anibelli, Deputado Reichembach, Deputada Luciana, Deputado Corti, Deputado Adão Litro, Guerrinha. Se esqueci de alguém, depois me corrijam! E peço que o Ivo, a

Mariana Baggio Anibelli, que está aqui representando o nosso sempre Deputado Antônio Anibelli, que foi Governador do Estado do Paraná e Presidente da Alep, e também os familiares do Sr. Jácomo Trento, conhecido por *Porto Alegre*, que venham receber uma Menção Honrosa aqui da Presidência. (Foram entregues as Menções Honrosas.)

De imediato, vamos ouvir o Deputado Corti, rapidamente, para fazer uma saudação à nossa querida Cláudia Regina Leão do Nascimento Thomaz, Superintendente da Receita Federal.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, Sr.^s Pares e todos que nos acompanham presencialmente e a distância. Dizer da honra de, neste dia 9 de outubro, ao tempo em que é homenageada a história dos nossos posseiros do Sudoeste do Estado do Paraná, donde viemos, aqui apresentar a Receita Federal do Brasil, que atende o nosso convite a Dr.^a Cláudia Regina Leão do Nascimento Thomaz, Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da 9.^a Região, Paraná e Santa Catarina. Enaltecer a presença de sua equipe aqui, o Superintendente Adjunto Fabiano Blonski, o Superintendente Adjunto Eriton Lima de Oliveira e o Assessor de Gabinete e Relações Institucionais, Auditor Francisco Horst. Dizer da honra de tê-los aqui. Depois de uma estada na Receita Federal, Sr. Presidente, para tratar inclusive, dentre outras situações, de um tema recorrente e que afeta o Brasil, que foi razão de reunião técnica sobre medidas intersetoriais da defesa do produtor de leite do Paraná e do Brasil, ocorrida nesta manhã, Sr. Presidente, na Sala da Presidência, onde V.Ex.^a, com a presença da Deputada Cristina, pudemos receber os órgãos do Governo do Estado do Paraná e os órgãos do Governo Federal, e nos órgãos do Governo Federal lá estava, Sr. Presidente, a Receita Federal, que hoje temos orgulho de apresentar o time do Paraná e Santa Catarina aos nossos Deputados, para que tenhamos um pouco mais de clareza sobre o grande trabalho executado pela Receita na Superintendência do Paraná e de Santa Catarina. Queremos aqui dar as boas-vindas, desejar uma boa apresentação, para que batamos no peito com muita força, sem demérito de todas as demais instituições do Paraná, aliás, do Brasil, mas é a Receita Paraná e Santa Catarina que, com os seus números por si

só, fala mais alto. Dito isto, agradeço a presença da nossa Superintendente, ao tempo, Sr. Presidente, que abro mão deste espaço para que a Superintendência possa historiar as suas ações, dizer o que representa para o Paraná e para o Brasil, a todos os nossos Parlamentares, a todos os paranaenses e a todos os brasileiros. Muito obrigado desde já por atenderem o nosso convite, que por si só já nos dá uma honra muito grande. Senhor Presidente, a palavra com a Sr.^a Superintendente, Dr.^a Cláudia Thomaz.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Dr.^a Cláudia.

SR.^A CLÁUDIA REGINA THOMAZ: Boa tarde a todos. Deputado Luís Corti, muito obrigada. Na realidade, não foi quase que um convite. Tivemos a oportunidade, também, Presidente Traiano, de conversar com o senhor e observamos a necessidade e a satisfação que temos em podermos prestar contas das nossas atividades, principalmente aqui nos Estados do Paraná e Santa Catarina, porque percebemos que muitas pessoas não conhecem a Receita Federal. Muitas pessoas olham a Receita Federal como o “Leão do Imposto de Renda”. Essa chance que estamos tendo aqui é justamente para mostrar que não é só isso que fazemos, e o quanto nós e os nossos nobres servidores contribuimos para o bem-estar social do país. Então, a Receita Federal é um órgão específico, singular, subordinado ao Ministério da Fazenda, que exerce funções essenciais para que o Estado possa cumprir os seus objetivos. Administramos o sistema tributário e aduaneiro, contribuindo para o bem-estar econômico e social do país. A Receita Federal arrecada R\$ 9,00 em cada R\$ 10,00 arrecadados pela União. No ano passado, foram mais de 2 trilhões de impostos arrecadados, sendo aqui no Paraná R\$ 66 bilhões. Em 2022, com essa arrecadação, foi possível um repasse aos estados e municípios e, especificamente, no Paraná. Graças à arrecadação de tributos federais, foi possível o repasse de 3,63 bilhões ao Estado do Paraná e 9,9 bilhões aos municípios, além de 3 bilhões destinados à educação. Temos muitas parcerias hoje com os nossos municípios, principalmente aqui nos Estados do Paraná e Santa Catarina, vários convênios, como o ITR, a nota fiscal de serviço eletrônico. Hoje trago aqui uma novidade, principalmente para os nossos Deputados, que são convênios que estabelecemos hoje com os municípios.

Então, o que tem acontecido nos últimos tempos? Temos uma quantidade muito grande de servidores se aposentando e não temos concursos públicos suficientes para suprir esses servidores. Ao mesmo tempo, após a pandemia, a Receita Federal teve que se reinventar oferecendo serviços tecnológicos, para que a população não precisasse se deslocar até as unidades. Então, hoje, quem já conheceu o nosso *site*, muito daquela necessidade de antigamente de estar presente você consegue resolver pelo *site* da Receita Federal, inclusive uma grande inovação é a Declaração Antecipada do Imposto de Renda. Hoje, os senhores podem ter os dados antecipadamente, confirmar aqueles dados e a declaração já está transmitida. No entanto, vivemos em um país em que ainda temos muitas pessoas que necessitam do atendimento presencial ou porque não têm Internet ou porque desconhecem os procedimentos, e estamos com uma dificuldade de atender essas pessoas por falta de servidores, por muitos servidores se aposentando. Então, temos hoje a possibilidade de estabelecermos convênios com as Prefeituras, ou seja, a Prefeitura de um município pequeno, independentemente do tamanho da população, pode, através de um servidor da Prefeitura, prestar o atendimento da necessidade dos dados. É um dos serviços da Receita Federal. A Receita Federal treina o servidor daquela Prefeitura. Aquele município ganha porque a população não precisa sair do município para ir para outro local, pode receber população de outros municípios e o serviço é prestado na Prefeitura, ou seja, aumentamos a nossa capilaridade de atendimento. O primeiro mapinha é o que tínhamos há dois anos e o segundo mapinha é o que temos hoje no Estado do Paraná: possibilidade de atendimento daquele cidadão, daqueles municípios sem precisar se deslocar. São os nossos PAVs, que são os Pontos de Atendimento Virtual. Só no Paraná já temos 65 em funcionamento e 21 em implantação. Resolvendo, então, o problema de atendimento, da falta de recursos que temos, resolvendo o problema de atendimento daquela população. Os prefeitos ficam muito satisfeitos quando celebram esses convênios conosco, porque justamente você está trazendo um bem para aquela população local. Temos, por exemplo, hoje, um PAV no nosso Litoral, aqui, onde antigamente o cidadão tinha que pegar um barco para ir até Paranaguá para ser atendido. Hoje,

não. Hoje, ele tem atendimento na sua própria cidade. Falando um pouco de resultados. Somente no ano de 2022, a área aduaneira da Receita Federal, que é aquela área que cuida da entrada de produtos e pessoas no Brasil, impediu a entrega irregular de R\$ 3 bilhões em produtos, onde houve a tentativa de entrada no Brasil sem o pagamento do imposto. Somente no Paraná essas apreensões somaram R\$ 960 milhões no ano de 2022. O produto que mais apreendemos é o cigarro contrabandeado. No Brasil, no ano passado, foram apreendidos R\$ 815 milhões em cigarros contrabandeados. Praticamente, 400 milhões foram apreendidos no Estado do Paraná. Então, temos que ter uma atuação muito forte aqui neste estado por conta do crime de contrabando e descaminho. Como temos o segundo maior Porto do Brasil aqui, temos uma atuação muito grande também na apreensão de cocaína nos nossos portos. No Brasil, no ano passado, foram apreendidos praticamente 25 toneladas de cocaína, e no Paraná praticamente uma tonelada. O órgão que mais apreende cocaína no Brasil é a Receita Federal, graças a nossa atuação forte, principalmente nos nossos portos. Em termos de fiscalização de tributos internos, quando fiscalizamos a sonegação de impostos, a Receita Federal aplicou autos de infração na ordem de R\$ 137 bilhões, no ano de 2022, que é o dinheiro que depois se converte em pagamento, que justamente vai ser revertido para a saúde, educação, não só do Governo Federal como dos Governos Estaduais e Municipais, por conta do repasse. O que fazemos com todos esses produtos apreendidos? O que a Receita Federal pode fazer com os produtos que ela apreende pelo contrabando e descaminho? Podemos fazer leilões desses produtos para reverter em arrecadação; podemos incorporar a outros órgãos públicos como, por exemplo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança Pública; fazemos doação para entidades beneficentes, hospitais, escolas, creches, asilos e, também, a destruição quando se trata de um produto proibido, que é o caso, por exemplo, dos cigarros. Em 2022, a Receita Federal no Paraná destinou 93 milhões em mercadorias para entidades filantrópicas e órgãos públicos. Somente neste ano, de janeiro de 2023 até agosto, foram mais de 200 milhões em mercadorias destinadas. Nesta foto é o Dom Peruzzo recebendo uma destinação da Receita Federal para o Lar do Idoso. Nós também temos um

convênio inédito no Estado do Paraná, que foi feito este ano, com a Defesa Civil. Nós apreendemos muitos brinquedos. Em 2022, foram mais de R\$ 6 milhões em brinquedos. E esses brinquedos, dependendo do tipo do brinquedo, ele não pode ser destinado diretamente à criança, porque pode ser perigoso, pode ter algum tratamento diferenciado. E nesse convênio com a Defesa Civil do Paraná, é um convênio inédito, doamos os brinquedos para a Defesa Civil do Paraná, que faz o tratamento, que verifica se o brinquedo está em boas condições, e a partir de então repassa esses brinquedos diretamente para as instituições de caridade. É um convênio inédito, tem ajudado a fazer a alegria de muitas crianças no nosso estado. Como destaque aqui, curiosidade, eu acredito que todo mundo aqui já fez compra pela Internet, compra em sites internacionais, e eu quero dizer para vocês que o Centro de Remessas Postais Internacionais, que recebe 99% de tudo o que se compra pela Internet, hoje está em Pinhais. Nós recebemos somente no ano passado 170 milhões de encomendas, que são tratadas e desembaraçadas pelos servidores da Alfândega em Curitiba, em um recinto em Pinhais. Isso representou R\$ 550 milhões em arrecadação somente do imposto de importação. Outro destaque no nosso Estado é o Porto de Paranaguá, que é o maior Porto graneleiro do País e um dos maiores portos em movimentação de contêineres... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

SR.^a CLÁUDIA REGINA THOMAZ: Em 2022, foram US\$ 50 bilhões em fluxo somente no Porto de Paranaguá, com 107 mil declarações de importação e 152 mil declarações de exportação. E também como destaque temos a nossa fronteira em Foz do Iguaçu, que é única no mundo, e a maioria das pessoas pensa em Foz do Iguaçu como a Ponte da Amizade, que tem um fluxo absurdo realmente de pessoas e de veículos, mas temos lá em Foz do Iguaçu também o maior Porto Seco da América Latina. É uma movimentação muito grande de mercadorias que entram e saem do País. Em torno de 200 mil caminhões por ano passam no nosso Porto Seco em Foz do Iguaçu, cujo o tratamento alfandegário é dado pelos servidores da Receita Federal. Além disso, recém-inaugurada uma nova ponte, que faz fronteira com o Paraguai, a Ponte da Integração, não está em

funcionamento ainda porque a Aduana está sendo construída. E, também, a licitação de um novo Porto Seco em Foz do Iguaçu, que vai propiciar maior movimentação. Bem, Deputado Luís Corti, era isso que tínhamos para apresentar, Presidente Traiano, demais Deputados, Assembleia toda, um pouquinho do trabalho da Receita Federal. Querendo dizer que estamos à disposição para outros esclarecimentos e, também, para qualquer dúvida que vocês tenham, podem nos acompanhar nas nossas redes sociais. Eu agradeço muito a oportunidade e desejo a todos um ótimo dia de trabalho e uma semana muito abençoada. Muito obrigada. (Aplausos.)

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Muito obrigado, Sr.^a Superintendente. Ficamos honrados com a sua estada e da sua equipe aqui. Na sequência, Sr. Presidente, vamos convidá-los para homenageá-los.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Sim. Já vou suspender por instantes a Sessão e descenderemos aí.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Acabo de receber aqui um Projeto de Lei de autoria do Tribunal de Contas do Estado (**Autuado sob o n.º 851/2023**), que altera dispositivos da Lei n.º 15.854, de 16 de junho de 2008, da Lei n.º 17.423, de 20 de dezembro de 2012, e da Lei n.º 18.691, de 22 de dezembro de 2015. Da mesma forma, o Governador encaminha uma **Mensagem n.º 169/2023**, submetendo à apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**Autuado sob o n.º 850/2023**) que altera dispositivos da Lei n.º 1.943, de 23 de junho de 54, que institui o Código da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Delegado Tito Barichello. (Manifestações nas galerias.) Por favor, galerias, seu tempo está andando.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): A Igreja, a Igreja, a Igreja de Jesus O Alvo, do Bispo Rafael Querido, que é contra o aborto, faz barulho! (Manifestações nas galerias.) A Igreja de Jesus, do Bispo Rafael Querido, O Alvo,

que é a favor da vida, faz barulho! (Manifestações nas galerias.) A Igreja de Jesus O Alvo, do Bispo Rafael Querido, que é favorável de Israel, faz barulho! (Manifestações nas galerias.) Gente linda de Jesus, gente linda que protege a vida. Bispo Rafael Querido, é uma honra fazer parte da sua igreja. Inicio cumprimentando, então, o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; estendo meus cumprimentos ao Líder do Governo, ao Líder da Oposição e à imprensa que nos acompanha. E peço à imprensa que está aqui hoje que leve adiante as nossas pautas em prol da vida. Cumprimento a minha esposa, Delegada Tathiana, que protegeu a vida quando chefe da Delegacia da Mulher, que protegeu a vida quando na Delegacia de Homicídios. Cumprimento o Pastor Bart, o Pastor Vítor, o Pastor Fábio, o Pastor Alex, o Pastor Fernando, o Pastor De, o Pastor César, o Pastor Marcelo, o Pastor Rafão e, em especial, o nosso Bispo Rafael Querido. (Manifestações nas galerias.) O trabalho, Sr. Presidente, de ressocialização da Igreja O Alvo faz inveja a qualquer sistema jurídico. Milhares de pessoas se reúnem no retiro e se faz fila, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, para entregar as drogas, porque muitas pessoas dependentes largam a droga e mudam a vida no retiro espiritual da Igreja O Alvo Church. Tive a honra de participar de diversos retiros. Em um deles, Bispo Rafael Querido, ao meu lado estava um morador de rua, que foi comigo até o local, até a chácara, do meu lado, de mãos dadas. É assim que se faz a reinserção social. E infelizmente, quando a reinserção social não acontece, aí sim surge a figura do delegado prendendo, surge o Estado punindo. As mais de 470 mortes, Sr. Renato Freitas, de criminosos em confronto com a polícia, segundo o último Anuário da Justiça, não aconteceriam se tivessem conhecido a Igreja o Alvo Church, do Bispo Rafael Querido. A partir do momento em que escolheram o crime, vão morrer. O nosso tema é o aborto, mas não posso me furtar de trazer a questão envolvendo Israel, quando grupos criminosos, terroristas, o Hamas e o Hezbollah, aqueles mesmos que parabenizaram o Governo Lula pela eleição... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Delegado Tito, V.Ex.^a passa a usar o horário da Liderança.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Perfeito. Esses grupos terroristas que controlam a Faixa de Gaza, parte da Cisjordânia, infelizmente estão levando o povo palestino à morte. Esses grupos terroristas têm que ser tratados como tal, da mesma forma que grupos criminosos, como PCC, PGC e Comando Vermelho. Esperamos do Governo Federal uma manifestação inequívoca, trazendo a informação à sociedade de que esses grupos têm que ser punidos, porque são considerados terroristas pela comunidade europeia. E não podemos tratá-los simplesmente como grupos que buscam legitimar direitos dos palestinos, não. O que ocorreu, Sr. Presidente, digo isso em defesa da comunidade judaica, foram atos de terrorismo contra civis. Eu, com 57 anos, Sr. Presidente, nunca vi ações militares contra civis, a não ser na Segunda Guerra Mundial. Nunca vi. Nem PCC, PGC e Comando Vermelho atacam civis. Atacaram civis, inclusive em uma rave que tinha o pai do DJ Alok, o DJ Juarez, que estava lá presente. Milhares de pessoas foram atacadas, mais de 260 jovens perderam a vida executados por esse grupo criminoso. Esperamos uma manifestação inequívoca desta Assembleia Legislativa, Sr. Presidente, em relação à questão do Hamas e do Hezbollah, defendendo a comunidade judaica. Trato agora da questão do aborto, que é a supressão da vida intrauterina. Em outras palavras, senhores, é a morte de jovens, de crianças e de nascituros, é o assassinato de seres humanos. O que me assusta é que o PSOL, que é o autor da ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, que tramita no Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, o que me assusta é que o PSOL, quando existem questões ligadas à natureza, está lá protegendo, como já disse outras vezes, está lá protegendo os filhotes de tartarugas que estão dentro dos ovos, protegendo os filhotes de tartarugas verde-oliva que estão em extinção. A vida das tartarugas, segundo eles, têm que ser preservada. Concordo, é crime, Bispo Rafael Querido. É crime, Delegada Tathiana, previsto na Lei n.º 9.605/1998. E tem que continuar sendo crime, porque crimes contra animais, não podemos tolerar. Agora, podemos tolerar crimes contra seres humanos? Não! Não! Não! Não! (Manifestações nas galerias.) Como disse o nosso Bispo Rafael Querido, as nossas mãos não estarão sujas de sangue, de sangue de crianças, de sangue de inocentes. A Constituição Federal, promulgada

e vigente no País, no art. 5.º, I, traz o direito à vida como inviolável. A vida é direito inviolável. Quero saber que interpretação é essa do Supremo Tribunal Federal que considera inconstitucional o art. 124 do Código Penal. O Supremo não pode se manifestar quando não houver omissão do Congresso, e o Congresso não se omitiu, porque o Código Penal, que é o Decreto de Lei n.º 2.848/40, com a reforma da Lei n.º 7.209/84, tipifica, diz que é crime, e essa é a vontade popular. Se o Congresso quiser mudar, vamos ao Congresso, mas o Supremo não tem competência para mudar. E o meu mandato pertence a vocês, pertence à vida, pertence a Jesus. Se eu perder o meu mandato perseguido, perco com honra. Não ao aborto! Não! Não! Não! Não! (Manifestações nas galerias.) Estaremos em Brasília, na próxima semana, para conversar com nossos Senadores da República, para conversar com nossos Deputados Federais e peço o apoio dos Deputados Estaduais, porque é competência da União legislar sobre Direito Penal. E precisamos, mais do que nunca, Deputada Mara Lima, do apoio de todos. A questão é suprapartidária, não é de esquerda, não é de direita, é em favor da vida, como diz meu Bispo Rafael Querido. Nós precisamos, neste momento, estarmos unidos, até porque tem uma pesquisa do Ipec que diz que 80% dos brasileiros são contra o aborto. Ora, se o povo brasileiro é contra o aborto, quem é o Supremo para fazer política? Porque o termo “*político*”, Sr. Presidente, vem do latim *politiké*, que é a arte de bem administrar. E a política é competência dos políticos, de V.Ex.^a, por exemplo, pelo excelente trabalho que o senhor faz nesta Assembleia Legislativa, de V.Ex.^{as} Deputados Estaduais, que têm legitimidade, que foram eleitos pela população! Agora, Ministro do STF não foi eleito pela população! Como podemos cobrar de um Ministro do STF um posicionamento? Não podemos, porque são juízes; juízes estão equidistantes das partes, ninguém tem acesso. E tem que ser assim, como acontece no Tribunal de Justiça, quando temos Desembargadores excepcionais, que conhecem a sua figura de juízes. Agora, Ministros do STF querendo fazer política? Existe, Sr. Líder do Governo, a tripartição dos Poderes, de Montesquieu, adotada na nossa Constituição Federal, que separa Legislativo, Executivo e Judiciário. E esse é o nosso trabalho, cobrar dos Deputados Federais, dos Senadores. Então, peço, Deputado Arruda, peço

ajuda, Deputada Flávia Francischini e todos os Deputados Estaduais, porque cada um tem dobradinha com Deputado Federal, cada um trabalhou junto com um Deputado Federal. Então, temos aqui a representação na prática de todos os Deputados Federais do Estado do Paraná. Vamos cobrar, vamos pedir, vamos exigir, porque no Legislativo pode se cobrar, pode se exigir, no Judiciário não, porque o Judiciário aplica a lei, não faz lei. Dentro desse contexto, vamos trabalhar, porque não ficaremos em silêncio. Repetindo o que nosso Bispo disse, as nossas mãos, Deputada Mara Lima, não estarão sujas de sangue. Não ao aborto! Não ao aborto! Não! Não! Não! (Manifestações nas galerias.) Igreja linda, Bispo Rafael Querido, igreja linda em prol de Jesus, em prol do amor, em prol dos princípios. Uma igreja que é um exemplo para a nossa sociedade, que faz o bem, que ressocializa. O Alvo é vida. Venha para O Alvo você, cidadão de bem, cidadão honesto, você que está me assistindo na *TV Assembleia*. Trabalhe com a Palavra de Deus e com a Palavra de Jesus e sua vida, como faz o nosso Bispo, será transformada. Estamos nesta luta e não vamos nos calar. Não ao aborto! Não! Não! Não! Não! (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Tito, para concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Nosso Bispo Rafael Querido vai organizar uma carreata e uma motociata em prol da vida nos próximos dias. Comunicaremos via rede social a data certa, quando vamos levar adiante a vontade da população curitibana e paranaense, que é contra o aborto. Viva Jesus! Viva O Alvo! Muito obrigado. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde. Quero saudar a Mesa, saudar todos os Deputados e Deputadas, saudar todos os cidadãos paranaenses que acompanham a nossa Sessão, a Imprensa e todo mundo que está acompanhando os nossos trabalhos. Senhor Presidente, quero começar primeiramente lembrando o que houve, nesses últimos dias, aqui em

Santa Catarina e também no Paraná. Foram fortes chuvas, tempestades, que causaram inúmeros estragos materiais, mas também perdas de vidas e situações que merecem toda nossa atenção. E nesse sentido, Sr. Presidente, prestando nossa solidariedade às famílias atingidas, vimos com preocupação a notícia de que o Governo do Estado do Paraná, na Lei Orçamentária que chegou a esta Casa, previu uma redução dos recursos para os sistemas de alertas de desastres e de questões climáticas. Na LOA de 2023, a previsão era de R\$ 6,59 milhões e na LOA que chegou aqui, nesta Casa, para 2024, o valor está 4,97 milhões. Deputados, é inadmissível que no estado das coisas em que nos encontramos, com urgências climáticas em todo o planeta e no nosso país, o Governo do Estado do Paraná não fortaleça os mecanismos de prevenção, os mecanismos de alertas à população. Então, faremos, Deputado Corti, uma emenda à LOA e gostaria de pedir o apoio de todos os Parlamentares, que entendo que é para o fortalecimento de todos os órgãos que atuam na prevenção e na remediação de desastres climáticos, desde a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e outros órgãos. Então, uma Emenda que seja coletiva de todos os Parlamentares, expressando a consciência desta Casa sobre o necessário enfrentamento às mudanças climáticas que temos que fazer. Senhor Presidente, na manhã de hoje, aqui na nossa Assembleia Legislativa, fizemos uma audiência pública sobre um tema de extrema importância, que é o transporte coletivo das nossas cidades, especialmente pensando o tema da tarifa zero. Fizemos uma discussão com especialistas, com técnicos, com gestores, com a Prefeita de Rio Branco do Sul, a Prefeita Karime, com a Secretária de Trânsito de Paranaguá, que é um município, Deputados, que implantou em 2021 a tarifa zero. É isso mesmo, Deputada Cloara. Em Paranaguá, assim como em Matinhos, assim como em Rio Branco do Sul, em Quatro Barras e em 10 municípios no total, aqui no nosso estado, os usuários pagam zero para andar de ônibus. Essa proposta é realidade em mais de 80 municípios do nosso País e está sendo discutida, também, no Congresso Nacional. O tema, talvez, que foi apontado por todas as falas na audiência pública, traz para nós a importância de pensarmos uma união entre o Governo Federal, os Estados e os Municípios, para que a tarifa zero não seja apenas uma medida prevista na Lei, no papel, mas

seja uma realidade implantada. O que estamos defendendo? Que assim como temos um Sistema Único de Saúde, o SUS, que é fruto de orgulho, de muito trabalho e que causa orgulho para toda a população brasileira, que graças ao SUS conseguimos enfrentar essa pandemia com índices que teriam sido muito piores se não tivéssemos esse Sistema Único de Saúde. A proposta é a criação do SUM - Sistema Único de Mobilidade. Assim como o SUS é custeado pela União, pelos Estados e pelos Municípios, também estamos propondo que o Sistema Único de Mobilidade cubra os custos da operação do transporte coletivo, garanta os investimentos necessários, a qualidade do serviço prestado à população. E que com isso, Deputado Antenor, revertamos esse ciclo vicioso no qual estamos presos. O transporte coletivo de Curitiba é o dos mais caros de todas as capitais do Brasil. É um transporte que a cada ano perde usuários porque as pessoas vão para outros modais. Seis reais para ir e vir no ônibus é muito caro, com um serviço não prestado a contento, com a qualidade que a população espera. Nesse sentido, então, Sr. Presidente e Deputados, estamos com uma campanha, com uma pesquisa envolvendo a população para saber o que pode ser feito... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Goura, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Presidente. O que pode ser feito aqui em Curitiba para pensarmos um transporte coletivo que atue como parceiro da população, como parceiro da mobilidade? O que pode ser feito? Pode ser feito, por exemplo, a volta da domingueira. O Prefeito Rafael Greca e o Vice-Prefeito Pimentel extinguiram a domingueira, que era a tarifa diferenciada nos domingos. O que pode ser feito também? Podemos ter a catraca livre em algumas regiões ou horários da cidade. Hoje foi falado sobre isso, Deputado Antenor. Nos horários de pico, liberarmos o acesso, diminuindo o congestionamento, diminuindo o fluxo de carros na cidade; a redução do preço da tarifa; a isenção para beneficiários de programas sociais. A tarifa zero, senhoras e senhores, em suma é uma proposta viável, é uma proposta possível, é uma proposta urgente e que tem que ser

tratada com toda responsabilidade e seriedade pelos nossos gestores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Tito Barichello, pela feliz iniciativa de trazer aqui para acompanhar esta Sessão esses jovens maravilhosos da Igreja O Alvo. Um grande abraço para esse grande líder religioso, Bispo Rafael, e parabéns à Igreja O Alvo por pregar o Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo aos jovens. Precisamos levar a palavra de amor incondicional de Jesus à juventude brasileira. Os jovens da Igreja O Alvo são contra o aborto. (Manifestações nas galerias.) O Deputado Tito Barichello, meu companheiro de partido, é contra o aborto. E eu quero dizer para vocês que este Deputado que vos fala, Ney Leprevost, também é a favor da vida e contra o aborto! (Manifestações nas galerias.) Estaremos sempre levantando a voz para defender o direito daqueles que não nasceram ainda de terem vida, os direitos do nascituro, pelas leis que regem a nossa Nação e pelos princípios morais que conduzem o nosso povo, que são direitos invioláveis. Estamos unidos pelo direito de nascer. Permitam-me, senhores convidados da Igreja O Alvo, Sr. Presidente Ademar Traiano, Deputado Artagão que agora assumiu esta tribuna e que, também, é um honorável membro da comunidade evangélica nesta Casa Legislativa. Nós católicos temos uma proximidade muito grande e uma amizade muito forte, laços de muita união com vocês irmãos cristãos evangélicos. Eu quero aqui esclarecer: Israel não está em guerra contra o povo palestino, Israel não está em guerra contra o mundo árabe, Israel não está em guerra contra nossos irmãos sírios e libaneses. Aliás, eu mesmo tenho descendência libanesa e sinto muito honra pelos meus ancestrais. Israel não está em guerra contra a comunidade muçulmana. Israel está em guerra contra os terroristas do Hamas, movimento extremista e sanguinários que oprime, inclusive, a população mais vulnerável de parte do território palestino. Israel foi vítima de um ataque covarde, sem precedentes, sem aviso prévio, dentro de seu próprio território e contra a população civil, civil e desarmada. O Hamas é acusado de manter crianças e mulheres sequestrados.

Nada justifica a ação ocorrida no último final de semana. Solidariedade, neste momento, ao povo israelense e à comunidade israelita. Não confundam árabes... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior - PSD): Para concluir, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Não confundam árabes, muçulmanos, palestinos e sírios libaneses com terroristas, não são, não façam essa confusão. Terrorista é o Hamas. Solidariedade ao povo israelense, à comunidade israelita no mundo inteiro. E que o Senhor - Deus para nós cristãos, Adonai para os judeus, Alá para os muçulmanos - salve o mundo da violência e do terrorismo. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos vocês.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior - PSD): Próximo orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Boa tarde, Brasil, Paraná, Assembleia Legislativa, especialmente os irmãos de fé que hoje, de coração aberto, encontram-se neste lugar, porque não escravos do ódio, mas sim porque procuram um norte, norte maior do que a relação de honestidade, sinceridade, verdade, amor, sobretudo à vida, não há. A única ponte indestrutível é o amor. E em nome desse amor falam os pais para os filhos, falam os pastores ao seu rebanho, falam os tutores aos tutorados, falam com compromisso, independentemente se agradarão, porque o que é certo não necessariamente agrada. A mentira, por exemplo, muitas vezes é uma piada, mas a verdade não é engraçada como uma piada, porque a verdade é lâmina que separa o justo do injusto. E me permito a algumas observações aqui. Ouvi com atenção aqui e também lá fora o Delegado Tito Barichello, quando ele dizia que aqui estão os homens de bem. O senhor apregoava o rótulo a si próprio. *Aqui estão as pessoas de bem, as pessoas de Deus, as pessoas de Jesus, as pessoas da verdade, as pessoas da vida.* Entretanto, a experiência que me foi concedida pelo passar dos tempos, pela graça e pela glória, este conhecimento que me foi dado me disse que aquele que se apresenta é porque não é, pois quem é não se apresenta. Já

dizia e bem dito pelo profeta Isaías: *A palavra...* (Manifestações nas galerias.)
Perfeito. Perfeito. Dizia o profeta Isaías, também na palavras de Marcos, da seguinte forma: *Vocês, hipócritas, que me honram...* (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, peço...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Este texto é bíblico e gostaria do silêncio dos meus irmãos em Jesus, para que tivessem a melhor compreensão. *Hipócritas me honram com os lábios, porém não apresentam as suas ações. A fé...* (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, galerias... Por favor. Peço a compreensão, porque...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não me incomodo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Mas é a regra. Deixeí vocês participarem efetivamente da fala do Deputado Tito, porque é um tema que ele abordou e que vocês têm a leitura e a compreensão de apoiá-lo. Agora, precisamos deixar que o Parlamentar fale, porque é um direito de usar a tribuna. E vocês, por favor, peço a compreensão também de permitirem a fala do Deputado Renato. Qualquer outra intervenção, também vou pedir às galerias que não se manifestem. Precisamos ter ordem aqui dentro da Casa, gente! É importante que vocês compreendam isso. São todos bem-vindos, mas é uma regra, senão... Tenho muitas cobranças, já estou recebendo aqui da maioria dos Deputados cobranças em relação a este tipo de movimentação. Então, peço a compreensão.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Aquele que se apresenta, portanto, não é; quem é, não se apresenta, porque suas ações falam antes das próprias palavras. Por isso, a fé sem obras é morta. Aquilo que você faz não é o que está escrito no *post* da internet e nem o que você declara em um caminhão de som, aquilo que você faz, a fé que você tem, a árvore que você é é anunciada pelos seus frutos. Aqueles que xingam, que têm olhos e não veem, porque estão de costas para a realidade, aqueles que têm ouvidos e não ouvem, porque se atrapalham em seus próprios gritos de cólera, intolerância e ódio. As palavras proferidas por vocês retratam do que são feitos os seus corações... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Aqueles que vêm aqui lutar pela vida, encontram em mim um aliado. Entretanto, aqueles que dentro das igrejas promovem a benção das armas, aqueles que se comportam no púlpito de uma igreja como se estivessem em um clube de tiros, aqueles que dentro das igrejas reivindicam não a vida, não a verdade, não o perdão, a boa nova trazida por Jesus, aqueles que reivindicam a vingança, a morte, esses, os serviçais da morte e da mentira, não encontram em mim um aliado, mas oro por vocês. Espero que se arrependam! (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo... (Manifestações nas galerias.) Por favor. Próximo orador, Deputado Doutor Antenor.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Minha saudação a todas e todos. Já há algum tempo não ocupo esta tribuna, hoje algumas das lideranças do Partido dos Trabalhadores não se fazem presentes e o faço neste momento, mas com algo muito, muito especial para os cristãos, que é o sermão das bem-aventuranças, nove bem-aventuranças. *Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o reino dos céus; bem-aventurados os mansos, porque herdarão a terra; bem-aventurados os aflitos, porque serão consolados; bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados; bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia; bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus; bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados de filhos de Deus; bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus; bem-aventurados sois quando vos injuriarem e voz perseguirem e mentindo disserem todo o mal contra vós por causa de mim. Alegrai-vos e regozijai-vos, porque será grande a vossa recompensa nos céus.* Companheiro Ney Leprevost, cadê você? Não há um vivente nesta Casa que seja a favor do aborto. E falo como médico. O debate é outro que está sendo colocado, o debate é bem distinto e é preciso um esclarecimento mais profundo. Não há. Há circunstâncias de dor para quem aborta

para o resto da sua vida. O Estado tem que ser responsável por cuidar da saúde e até naqueles em que há risco de morte. Em Guarapuava acompanhei um caso, como médico, de uma senhora em que a criança tinha anencefalia, não tinha o encéfalo, já morto, e ela teve que esperar os 9 meses, porque senão seria crime se ela assim o fizesse. Mas, dirijo-me especialmente a todos os cristãos de todas as denominações. Temos a dor hoje desta guerra que o Ney aqui falou e que vários se posicionaram, o Tito também se posicionou. Não há guerra justa, não há guerra bonita, não há conflito bonito, seja Rússia e Ucrânia, seja o povo Palestino que luta pelo seu espaço de vida, seja o povo judeu, que, em 1947, teve reconhecido o seu Estado pela ONU, por conta inclusive da perseguição dos nazifascistas, que os torturavam e usavam o nome do nosso Deus da vida para assim fazê-lo, usavam o nosso Jesus para torturar os judeus, para persegui-los. Tenho entre o meu sobrenome de avô a palavra Oliveira. Os judeus novos tinham que se esconder usando nomes de árvores para não serem assassinados pelos nossos cristãos. Na América Latina, nós, os católicos, em uma mão algumas vezes trouxemos uma espada e na outra trouxemos a cruz, matamos muitos índios e escravizamos negros; e assim o fizeram os evangélicos na América do Norte, a Bíblia em uma mão e a espada na outra, quando Atahualpa é assassinado e termina o povo inca. Quando Atahualpa é assassinado, reza a lenda, traduzida por Eduardo Galeano, que o padre chegou nos pés dele para tacar fogo e disse que se ele se batizasse em nome de Jesus não iria para o Inferno, iria para o Céu. Ele pergunta para o padre: *E o senhor que vai tacar fogo no meu pé, o senhor vai para o Céu?* O padre falou: *Com certeza.* Ele falou: *Pode me matar.* Isso, segundo Eduardo Galeano. Há outras versões. Da mesma forma, o assassinato de Túpac Amaru, que é amarrado em quatro cavalos, e não conseguem dobrar a essência desse homem que defendia a sua causa e, nós, os cristãos, o matamos. Deceparam a sua cabeça, porque ele não aguentava mais, os cavalos não conseguiam arrebatá-lo. O nosso Deus, que é o Deus da vida, tem em um dos seus grandes santos, para nós, os católicos, São Francisco de Assis, o homem que modificou toda a nossa visão, em um momento de dificuldade da nossa igreja, de acusação ferrenha de venda de indulgências, de venda do

perdão. Francisco de Assis reconstrói a partir do compromisso com os que sofrem, a partir do compromisso, aí, sim, o compromisso com os miseráveis, com aqueles esquecidos. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Doutor Antenor, um minuto para concluir.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Vou finalizar e correndo tudo aqui. Vou lembrar da parábola do bom samaritano, que já lembrei aqui. Passa alguém agredido, ferido, arrebatado. Passa um sacerdote do templo e vai orar. Passa um levita que cuidava dos costumes do templo e vai orar. E passa o samaritano e o socorre, vai até uma estalagem e cuida dele. Jesus pergunta: *Quem é o próximo?* Claro que é o samaritano. Quem é a Samaria? A tribo maldita, a tribo dos ladrões, a tribo das prostitutas, a tribo dos leprosos e que seria a tribo dos drogaditos, daqueles perseguidos que você defende, aqui, Renato. Daquelas que estão no fundo das prisões, nos catres, arrebatados e destruídos. Então, sejam todos bem-vindos, mas o nosso cristianismo constrói a aproximação, destrói as diferenças, sim, e constrói, que o nosso Deus é o Deus da... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para concluir.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Para concluir. No *Magnificat*, a Nossa Mãe Maria diz assim: *Despede os poderosos de mãos vazias e eleva os humildes*. Quem se compreender enquanto humilde sabe do que estamos falando. Muito obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas, Deputados, todos que acompanham pela *TV Assembleia* e convidados da galeria, a Paz do Senhor Jesus. Fico aqui abismado quando vejo novos profetas Deputados aqui na tribuna. Um é invasor de igreja, não respeita o culto e de repente virou santo, conhecedor da Bíblia. Deus tenha misericórdia do senhor, que não sabe o que diz e para quem diz. A palavra de Deus não é brincadeira. O Diabo a usava muito e conhecia muito a Bíblia também, mas não conseguiu

enganar ninguém. Vocês não enganam ninguém. Vimos, só para continuar aqui na onda, Deputado Renato Freitas, na semana passada, três médicos foram assassinados no Rio de Janeiro. O senhor deve ter visto, saiu no Brasil inteiro. As pessoas que o senhor defende do crime organizado julgaram, condenaram e assassinaram os bandidos. Não teve audiência de custódia, não teve direitos humanos. Por que entre bandidos não tem nada e aqui no mundo real o policial sofre tanto para agir? Por que será? O senhor deveria defender lá no crime organizado: *Tem que ter aqui direitos humanos*. Fala lá com o Ministro Silvío, que de humano e direito não tem nada, porque não defende ninguém que é humano, defende marginais apenas. A pauta do aborto já falei na segunda-feira, falei na semana passada. Realmente, temos uma grande culpada, que é a Ministra Rosa Weber, da Suprema Corte do nosso País. Está encerrando a carreira dela, deixando um legado como assassina de crianças inocentes no ventre da mãe. Essa é a nossa Ministra. É paga e bem paga, como todos da Corte, para serem os guardiões da Constituição Federal e rasgam a Constituição ao bel-prazer deles. O direito à vida desde a concepção está no art. 5.º da Constituição, é um direito inviolável. A Suprema Corte deveria defender e está agindo contra. Deputado Gugu, que vergonha! Que vergonha desta Suprema Corte que temos em nosso País! Não respeitam o povo, não respeitam a Constituição Federal, não respeitam o Deus Todo Criador. Coitado deles, porque a mão de Deus pesa no momento certo, isso sabemos. Agora, falando aqui do caso da guerra, que virou uma guerra, do ataque covarde, cruel, criminoso dos terroristas do Hamas, tenho dó do povo palestino, que vai sofrer as consequências desses que dominam aquele local. Dominam e fazem o povo escravo e doutrinado deles, exatamente como o MST e a esquerda faz dentro das escolas brasileiras, doutrinando os jovens, mentindo, enganando, é o que fazem na Palestina. Nunca na minha vida vi algo tão cruel como vi nesses dias aqui. Terroristas estão pegando mulheres, crianças e idosos. É uma covardia sem precedentes. Infelizmente, Israel vai ter que agir e vai agir. Muita gente inocente vai morrer. Israel já fez o pedido para que os palestinos saiam dos lugares, porque tudo lá será atacado. Israel quer extirpar o grupo Hamas da face da Terra. Deveria extirpar o grupo Hezbollah, os terroristas; deveria

extirpar todo o crime organizado da face da Terra. Eles estão aqui para praticar o mal, para levar dor e sofrimento às pessoas e levar à morte. De repente, vemos alguém que defende esse tipo de gente ler uma passagem da Bíblia Sagrada. Realmente, Jesus está voltando, só pode ser o final dos tempos realmente. Alguém viu por acaso o Governo Lula postar algo repugnando o ataque terrorista do Hamas? Não. Ele diz que é solidário, que tudo bem, *passou um pano quente*, mas não falou a verdade. Da mesma maneira o amigo do Lula, Daniel Ortega declara sempre solidário com a causa palestina; do mesmo modo o amigo do Lula, Evo Morales apoia ataques do Hamas a Israel. O partido comunista, que é aliado do PT, comemora ataques terroristas: *Todo o apoio ao Hamas. Fim de Israel*. Que barbaridade! Esse grupo, Deputada Cloara, que está no poder no Brasil tem o mesmo sentimento, apoia os terroristas do Hamas. Olha, é realmente algo repugnante para todos nós. E outra causa repugnante e que dá nojo a qualquer brasileiro de bem é a *Globo Lixo*. A *Globo Lixo* publicou assim, saiu no G1: *Israel: Como foi o mais ambicioso e surpreendente ataque do Hamas ao País. O risco de conflito entre militares palestinos e Israel vem se aprofundando há meses*. Que barbaridade! Ele chama de combatentes, de militares, mas não usa a palavra terrorista. E, no dia 8 de janeiro, ele diz que todos que ali estavam na Praça dos Três Poderes eram terroristas. Aí pergunto à *Rede Globo*, ao PT, ao Supremo: O que vocês entendem que são terroristas? Pessoas sem armas, que não matam? *Ah, mas quebraram*. Quem quebrou? Provavelmente, os infiltrados do PT. E as pessoas que estão sendo condenadas, Presidente Traiano, não têm nenhuma prova contra elas. Tem uma senhorinha de 50 e tantos anos, que cuida de dois netos, cuida de uma pessoa deficiente e foi condenada a 15 anos de cadeia, porque pegaram o DNA dela em uma garrafinha de água vazia, não foi em uma arma, não, e foi condenada como terrorista. Até quando vamos aturar isso no Brasil? Essa esquerda não se envergonha? Será que eles não entenderam que o Brasil não os aceita, que o Lula não pode andar na rua, em lugar nenhum que ele é xingado, é vaiado, porque não ganhou, porque tomou o poder, não tem o povo ao lado dele? Os votos do Lula foram nas urnas e no código-fonte. Nós vimos no dia 7 de setembro: ninguém nas ruas e o Lula e a Janja, a *Esbanja* dando tchau

para ninguém. Que Governo fajuto, Governo impostor, Governo que está destruindo a economia do Brasil, destruindo os valores éticos e morais do nosso País, que não respeita as igrejas. Aqui os Deputados falam que são contra o aborto, mas o líder é a favor do aborto, a Ministra da Saúde é a favor do aborto. A grande cúpula do PT é a favor de tudo o que não presta, tudo! Então, Presidente Traiano, para encerrar a minha fala aqui nesta tribuna, com meu repúdio total ao que está acontecendo no Brasil e no mundo, parabênizo a Igreja, Bispo Rafael. Parabéns aos jovens que aqui estão. E vou fazer um pedido ao senhor... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Um pedido. Tenho três Projetos importantes nesta Casa, que espero que o senhor possa vir aqui com esses jovens que servem a Deus: o Projeto que proíbe a ideologia de gênero aqui no Paraná; o Projeto que proíbe o banheiro neutro no Paraná; e o Projeto que proíbe o tratamento hormonal para mudança de gênero aqui no Estado do Paraná. Três projetos importantes. (Manifestações nas galerias.) E vocês, vocês têm que estar aqui no dia da votação, que com certeza o lado das trevas estará aqui também para jogar contra. E hoje está praticamente aprovado um Projeto de minha autoria, que está instituindo a *Semana do Estudo Bíblico* em todas as escolas do Paraná. Esse Projeto já vira lei hoje. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Presidente, Deputados e Deputadas, a todos que acompanham esta Sessão. Confesso que hoje é uma Sessão atípica, principalmente e inclusive pelos temas aqui abordados pelos Deputados. No entanto, me causa estranheza como que os Deputados que subiram na tribuna hoje para falar de Israel e para falar da causa judaica, não citaram o que aconteceu no Estado do Paraná, onde em um Colégio Cívico-Militar, o Colégio Estadual Marquês de Caravelas, em Arapongas, teve explicitamente apologia ao

Nazismo, pois usar as bandeiras, imitar a figura de Hitler, colocar os estudantes nessa representação, não faz uma conscientização, mas, sim, gera o fascínio em relação ao Nazismo. Hoje, inclusive, o Museu do Holocausto fez uma nota muito educativa, muito explícita e grande falando dos problemas desse tipo de prática, falsamente dita pedagógica. E digo com isso, e ainda mais triste de saber, que a metodologia usada pela professora fez com que os estudantes viajassem para outra cidade para entrevistar, segundo ela, e segundo a própria escola, uma sobrevivente da guerra. Esta sobrevivente da guerra não era uma vítima dessa guerra, esta sobrevivente da guerra era filha de um soldado nazista, e não um soldado nazista que foi convocado para lutar, um soldado nazista convicto e que voltou para a Alemanha para lutar na guerra. Um soldado nazista que, por escolha, decidiu matar judeus; um soldado nazista que, por escolha, decidiu apoiar um regime que massacrava as pessoas, que tortura opositores políticos e que perseguia minorias. E fez esses estudantes fazerem a entrevista com essa sobrevivente, dar razão a essa sobrevivente, e mostrar para o restante da escola, como se não tivesse problema nenhum. Inclusive, como ela diz, seu pai era um bom alemão, era um herói, lutava pela sua Pátria, lutava pelo seu País. Só que esqueceram de colocar no trabalho as verdadeiras vítimas dessa guerra, esqueceram que, inclusive, por mais que para todo mundo seja traumático passar por um processo de guerra, não podemos esquecer quem são as vítimas delas, e que inclusive nessa mesma região do Estado do Paraná tem muitos refugiados judeus que poderiam dar um testemunho do que é verdadeiramente ser sobrevivente daquela guerra, e o que é verdadeiramente falar sobre o Nazismo sem fazer apologia, sem apoiar, condenando o que existiu, condenando o que foi esse período da nossa história. E é por isso que esta Assembleia tem que se posicionar com rigor e cobrar a Secretaria Estadual de Educação, porque o Núcleo Regional de Educação de Apucarana curtiu a publicação, bateu palmas para a publicação, concordou com o que ali estava colocado. Então, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, que usemos este espaço para falar dos problemas que temos reais, que aconteceu em uma escola aqui no Estado do Paraná, há poucos dias, e que ninguém aqui hoje comentou. Aquilo que era benéfico, aquilo para dizer que era a

favor de uma luta ou outra foi usado, mas o que está enraizado na nossa sociedade brasileira, que infelizmente é o ódio, é o preconceito, é o fascismo, e que, infelizmente, também células nazistas do nosso Estado, ninguém comentou, ninguém falou. E foi feito em uma escola nossa, no Estado do Paraná, em Arapongas, e o Núcleo Regional de Educação bateu palmas, curtiu a publicação. A página do colégio publicou e elogiou, e ainda deu razão ao soldado que voltou para a Alemanha para lutar essa guerra, e o colocou como herói. Quem são os verdadeiros sobreviventes? Quem foi o povo oprimido com essa guerra? É na perspectiva deles que temos que contar a história do Holocausto; é na perspectiva deles que temos que contar o que foi a Segunda Guerra Mundial; é na perspectiva deles que temos que contar o que foi o Nazismo. Não o contando com um certo fascínio, não o contando como algo a ser admirado. E não me venham com essa história que é preciso ouvir os dois lados, porque não se pode dar legitimidade para quem torturou e matou tantas pessoas. Não se pode dar legitimidade para quem criou uma guerra, para quem criou uma guerra para simplesmente assumir o poder, e criou essa guerra dizendo que tem certos povos que são inferiores a outros, que tem certas religiões que não precisam ser respeitadas. Então, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados, é isso que gostaria de falar hoje, aqui nesta Assembleia, de cobrar o Governo do Estado do Paraná, que ainda não se posicionou com veemência sobre esse assunto; que falou sobre Israel, mas não falou o que o Núcleo de Educação de seu Estado se posicionou, não falou que o Núcleo de Educação de seu Estado apoiou uma publicação exaltando o Nazismo. Então, não tem condições de falar sobre a guerra em Israel, e não tem condições de falar porque a fala, porque o discurso é bonito, mas na prática não combate esse discurso. E não deve ser surpresa para ninguém, mas quem será que é essa professora que fez essa aula, que levou os estudantes para fazer essa entrevista? Para quem será que essa professora votou no ano passado? Não é surpresa. Nem todo bolsonarista, é verdade, mas sempre um bolsonarista é quem exalta o Nazismo, é quem exalta o Fascismo, é quem prega esse discurso de ódio. E falo com muita indignação sobre isso, porque tinha certeza que algum dos Deputados iria se manifestar sobre isso, porque tinha certeza que isso ia ser falado aqui hoje

na tribuna, já que foi falado da Palestina, já que foi falado em Israel. E não foi falado, porque a sujeira quer ser escondida para debaixo da tapete. E é com tanta veemência e é por convicção que defendo os direitos de todos, que defendo uma sociedade justa, igualitária, que defendo a soberania dos povos, que defendo a autodeterminação, a liberdade religiosa, que também falo que defendo, sim, o povo palestino, assim como o povo de Israel. Precisamos de dois estados e a Palestina precisa ser livre do rio ao mar, porque aquele território é deles. Ninguém é a favor de uma guerra, mas aqueles que de fato não são a favor de uma guerra cobram do Conselho de Segurança da ONU para que se posicione. Cobrem do Conselho de Segurança para que imponha medidas que há muito tempo já foram decididas, porque o Estado de Israel já foi condenado inúmeras vezes pelo massacre que fazem aos palestinos há mais de 70 anos. Há mais de 70 anos que eles são condenados, que é colocado que o que acontece na Palestina é um regime de apartheid, que é a maior prisão a céu aberto do mundo, que a Faixa de Gaza tem uma densidade populacional enorme, mas não acontece nada, porque o Conselho de Segurança da ONU não se mexe. Então, se é contra a guerra, que sejamos contra todas as guerras. É contra violência? Ótimo, também sou, mas que cobremos as medidas efetivas e necessárias para combater essa violência, e não que incentivemos, e não que para umas está tudo bem, mas para outras é condenável. E, sinceramente, escutei Deputados aqui hoje falando, inclusive, mentiras, e gostaria de pedir para que o Corregedor da Casa apure as falas do Deputado Ricardo Arruda, que falou que o Presidente Lula exaltou o terrorismo, quando o Presidente Lula deu uma declaração falando que iria cobrar do Conselho de Segurança da ONU um posicionamento, uma trégua, uma paz e condenando os ataques a civis. Então, é mentira o que o Deputado falou. E o Deputado Tito, hoje, no caminhão, teve a pachorra de falar que o Presidente só se manifestou pela paz. Mas o que mais o Presidente deveria se manifestar por não a paz? Ele deveria falar... (Manifestações nas galerias.)... Senhor Presidente, peço que meu tempo seja recomposto e que as pessoas fiquem em silêncio, porque sou uma Deputada eleita.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, as galerias, permitam-me ter a compreensão de vocês. Deixem a Deputada concluir o seu raciocínio.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Então, é preciso que esta Casa comece a tomar medidas contra aqueles que falam mentiras descaradas e falam sem medo sobre essas mentiras, porque acham que não vão ser punidos, mas isso não pode mais ser tolerado. O Presidente da República deu uma declaração firme falando sobre a paz e, como está exercendo a Presidência do Conselho de Segurança, está... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Ana Júlia, um minuto para concluir.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): E, como está presidindo o Conselho de Segurança, está firme para uma resolução desse conflito, como inclusive o Brasil sempre se posicionou, para que se tenha um Estado Palestino livre e soberano, e para que se tenha um Estado de Israel que tenha os seus direitos garantidos também. E com isso, Sr. Presidente, reforço aqui a minha cobrança à Liderança do Governo, ao Secretário de Educação, para que se manifestem sobre o que aconteceu em Arapongas, para que se manifestem sobre apologia ao Nazismo que está sendo feita nas escolas do Estado do Paraná, para que as condene e para que não deixe que isso volte a acontecer. E que contemos a história da Segunda Guerra Mundial na perspectiva dos verdadeiros sobreviventes, daqueles que de fato foram oprimidos. E recomendo a leitura para todos da nota do Museu do Holocausto. Senhor Presidente, peço recomposição do meu tempo, de quando fui interrompida, para concluir. Sobre o outro tema que foi tratado aqui hoje com, me desculpem a palavra, mas muita hipocrisia, quero que os Sr.^s Deputados que vieram falar aqui abertamente sobre o aborto, falem da mesma maneira... (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor... (Manifestações nas galerias.) Obrigado. Deputada, por favor, para concluir.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Quero que esses mesmos Deputados venham aqui e falem sobre abandono dos pais das crianças; venham aqui e falem sobre as crianças que são violentadas, estupradas todos os dias neste país, mas não é falado aqui. Quero que esses mesmos Deputados condenem as outras formas de violência às mulheres, porque nisso também vou lutar junto com vocês. E quando conseguirmos combater essas outras formas de violência, nós sim não precisaremos ter mais uma realidade triste de casos de aborto no nosso país. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, galerias. Deputado Tito, por favor. Nós ainda temos alguns oradores. Deputado Corti, vai declinar?

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Presidente, vou declinar do meu espaço, porque o assunto que temos aqui é um assunto que denota uma preocupação do Paraná. Só quero fazer um agradecimento a todas as autoridades do Estado do Paraná, do sistema da agricultura, leia-se Adapar, Deral, leia-se IDR, Secretaria da Agricultura; e dos órgãos federais que lá, no seu gabinete, conosco, podemos discutir tecnicamente as questões com os órgãos federais, leia-se Receita Federal, Ministério da Agricultura, leia-se também Polícia Federal. Isso em razão da situação que o Brasil passa nessa questão do leite, em uma luta desproporcional com os países do Mercosul, que urge a necessidade rápida de juntarmos forças para podermos dar guarida a uma categoria tão importante, que é imprescindível para sobrevivência dos nossos municípios, que são os nossos pequenos agricultores, que vivem do leite. Amanhã teremos uma audiência pública aqui que o Paraná inteiro, senhores e senhoras, está convocado. E não diferente disso, lá em Barracão e Dionísio Cerqueira cercará o Sul do Brasil, para poder discutir esse tema tão importante e crucial que é a nossa sobrevivência. Era esta a nossa participação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Obrigado, Deputado Corti.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli, por favor, pela ordem.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Será que o problema estaria na água?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli, não entendi vossa solicitação pela ordem. Ok. Consulto o Deputado Fabio se fará uso da tribuna.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, boa tarde. Prometo ser breve aqui nas minhas palavras, mas considerando o dia de hoje e um fato que aconteceu nesta Casa, inclusive do qual o senhor tem uma ação direta, venho aqui de público agradecer primeiramente ao senhor pelo apoio na criação da Frente Parlamentar Pró-Vida, do qual esta Casa tem demonstrado não só através desta Frente Parlamentar, mas assim como apontado até pelo nobre colega Deputado Doutor Antenor, nenhum dos Deputados Estaduais desta Casa provavelmente são contrários a essa ação da vida, ou seja, são favoráveis ao aborto. E considerando o que tem acontecido hoje no Supremo Tribunal Federal, coloco um apelo aqui para que nós, como Parlamentares, exijamos daquele Poder Judiciário que aqueles Ministros que estão lá se atentem ao trabalho constitucional que lhes cabem, e não legislar, como deveria ser feito pelos Deputados Federais e Senadores que compõem a Câmara dos Deputados e o Senado. Três pautas pelo menos, hoje, que eles têm legislado e eles não têm essa competência. A primeira delas é em relação ao Marco Temporal, a segunda em relação à questão das drogas e a terceira pauta é a pauta que traz os nossos amigos, os nossos irmãos que nos visitam hoje e que estão na galeria, que é em relação à ação pró-vida. E assim como já disse, junto com o Deputado Tito Barichello e com o Deputado Alexandre Amaro, no caminhão, hoje, logo após o almoço, dou pelo menos três razões para que possamos efetivamente continuar com os nossos pés firmes na defesa da vida. O primeiro ponto que dou é em relação à questão da ciência. A ciência afirma que já nas primeiras semanas de vida o feto ou o embrião, como alguns dizem, já tem um coração batendo. Então, não existe pessoa no mundo

que tenha argumento para contrapor o que a própria ciência diz, que nas quatro semanas já existe um coração. E se existe um coração, a própria ciência diz: há vida. O segundo argumento que coloco para que continuemos a defender essa ação a favor das vidas, a favor da vida que está sendo gerada dentro do útero materno, é em relação a uma cosmovisão cristã. A própria Bíblia diz lá no Salmo 22, no versículo 10, que o próprio Deus teceu o Rei Davi no ventre da sua mãe; mas Davi não era um selecionado, ele não era um diferente de cada um de nós. Cada um de nós, independente de acreditar ou não, fomos gerados pelo próprio Deus. A terceira razão que queria colocar não é sobre ciência e não é sobre uma cosmovisão cristã, mas é sobre algo que pode ser possível. O exemplo que dei para os nossos colegas, para nossos irmãos, quando estávamos conversando, é de como se estivéssemos em um estande de tiro e existisse uma silhueta lá no fundo do estande e eu estivesse com uma arma empunhada, pronta para dar um tiro, e o instrutor de tiro deu a voz de comando dizendo que eu poderia fazer isso, mas, de repente, surge uma voz no estande e diz: *Pare, não atire, pode ser que tenha uma vida atrás daquela silhueta*. E a razão é que pela menor possibilidade de haver vida, temos que lutar por ela. Se a ciência não é capaz de argumentar com pessoas que são pró-aborto, se a religião, independente do cristianismo ou não, não é capaz de argumentar com as pessoas que são pró-aborto, eu diria que se, pelo menos, pela possibilidade de haver vida dentro do útero materno, temos que lutar por ela todos os dias. Então, a minha palavra final, Sr. Presidente, agradecendo pelo tempo, é: não ao aborto e sim à vida. (Manifestações nas galerias.)

Deputado Alexandre Amaro (REP): Permite um aparte, Deputado? (Manifestações nas galerias.) Senhor Presidente, queria, só para não precisar me inscrever, fazer um aparte aqui no Deputado Fabio, só que ele desceu correndo. Posso aproveitar os cinco minutinhos dele fazendo este aparte?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Rapidamente, Deputado.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Só queria pedir aos nobres Deputados, temos uma menção de repúdio aqui ao ataque do Grupo Terrorista Hamas, e fiz

isso em nome da Bancada Evangélica. Gostaria de pedir a assinatura de todos aqueles que concordam que isso foi uma grande atrocidade, para assinarem também essa nota de repúdio que fizemos em nome da Bancada Evangélica. Quero parabenizar também a Igreja O Alvo Church, que está aqui conosco, que são pessoas que vieram porque têm um objetivo de vida, um padrão de vida. Quando ouço falar que o Deputado Tito Barichello gritou nos caminhões, já ouvi aqui, nesta Casa, a APP-Sindicato gritando tanto, tanto, tanto e falando tanta besteira e tivemos que ouvir e ouvimos pacificamente. Cada um defende aquilo que acredita, cada um dá aquilo que tem. Não adianta apenas lerem versículos isolados da Bíblia e dizerem assim, quando de púlpito são contra, porque somos a favor de algo que é certo, honesto e sincero, que é a Palavra de Deus. Atenho-me um pouco de falar sobre ela porque viemos discutir política e por ser pastor às vezes as pessoas podem ter esse olhar, mas não adianta citarmos apenas alguns versículos. E sobre a guerra é inadmissível o que acontece hoje, mas é o que está escrito e posso citar: *E ouvireis de guerras e rumores de guerra. Vede, não vos assusteis, porque é necessário tudo isso acontecer, mas ainda não é o fim.* Então, estamos a passos largos, Presidente Traiano, nobres Parlamentares, estamos chegando àquilo que a Bíblia diz: *O princípio das dores, o início do fim.* Então, se vale um alerta para todos os nossos amigos, indiferente de religião, é melhor cada um se converter, pôr a *barba de molho*, porque daqui a pouco isso tudo acaba. Muito obrigado, Presidente.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Presidente, Presidente Traiano, queria saber se estão abertos os apartes *a posteriori*, depois que um fala? Posso pedir aparte também agora na fala do Fabio, do Deputado Fabio?

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Não, Presidente, tinha pedido, só que ele desceu...

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Eu sei, gostaria que o senhor me esclarecesse. Foi dirigida a palavra ao senhor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Deputado Amaro havia solicitado um aparte, se não me falha a memória, ao Deputado Fabio. O Deputado Fabio acho que não lhe concedeu...

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Aparte invisível. Aparte invisível.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, acho que...

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Com toda a condescendência, o senhor sabe do meu posicionamento e sabe que não firo meus companheiros, meus irmãos de caminhada aqui, mas se esse senhor quer pregar, pregue na sua igreja. A nossa visão de cristianismo é toda própria, cada um tem. Venho do catolicismo, onde a fé sem obras é morta...

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Presidente, isso não cabe aparte para isso. Prego na minha igreja, quarta e domingo.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Não aceito este desrespeito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Amaro, por favor.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Não aceito este desrespeito, porque nunca frequentei o espaço dele. Ele que respeite nossa forma de crer, nossa forma de agir, e a APP-Sindicato tem todo seu direito de lutar por vida melhor, por salários melhores, por condições de vida melhor. Na hora em que ele precisou deste posicionamento firme, não o fez na presença da APP-Sindicato. É muito fácil, depois que o *boi está morto*, mostrar-se muito valente. Agradeço pela possibilidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado. Imaginem esta Presidência para administrar todas estas tendências.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Posso me inscrever, Presidente, não tem problema, e falo mais 10 minutos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, Deputado Amaro, acho que V.Ex.^a já fez uma fala, permiti-lhe, quebrei aqui o Regimento.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): E quem segue minhas redes sociais, prego quarta e domingo. Quem quiser participar. Está bom? Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Amanhã V.Ex.^a já está inscrito.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Soldado Adriano, declina. Deputado Gugu, declina também. Deputado Renato, último orador. Registro a presença na Casa do Vereador de Pranchita, nosso amigo Demétrio, e também do Clair Caramori, que é um agricultor do município de Pranchita, nosso amigo. Sejam bem-vindos à Casa.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Boa tarde a todos e a todas. Hoje se faz premente, urgente, necessário lembrar a todas as pessoas, sobretudo às autoridades aqui instituídas pelo poder do povo, através do sufrágio, que se trata esta Casa de uma Casa Republicana - *res publica*, coisa pública. Por pública que é, deve portanto incluir todos e todas as cidadãs, de todas as religiões, inclusive aqueles que não têm religião, aqueles que não são batizados. Poucos são os meus conhecimentos sobre a caminhada de Jesus de Nazaré nesta terra e eu próprio não tenho religião, não fui batizado, não sou batizado, entretanto, como todas as religiões, o Cristianismo tem muito a oferecer, mas foi sequestrado pelo populismo religioso e este é um problema que não é de hoje, 2023. Quem não lembra que foram os religiosos e os doutores da lei que colocaram armadilhas na frente de Jesus, com suas perguntas maldosas? Quem se comprimia ao lado de Jesus para ouvir os seus ensinamentos? O povo. Quem gritava *Hosana*, enquanto ele passava? O povo. Quem esteve no deserto com ele quando era necessário, em tempos difíceis? O povo. Quem o julgou? Quem confundiu a cabeça do povo para julgá-lo, crucificá-lo, torturá-lo, matá-lo? Os religiosos. Os hipócritas, falsos profetas, maus pastores, que, por não terem uma prática que dê credibilidade aos seus ensinamentos, reduzem-se ao autoelogio, a dizer: *Somos homens de bem*. Apregoam a si próprios grandes elogios, com a única finalidade de jogar pedra no outro, nos que *não são de bem*. E quando Jesus mesmo, ele próprio viu alguém

que não era de bem, que era pecadora sendo apedrejada, ele lançou essa hipocrisia na frente dos religiosos da época que, com pedras nas mãos, queriam retirar uma vida. Enquanto Jesus pregou o perdão, aquilo que todo estado republicano civilizado também deve pregar, hoje o que se vê nas igrejas, Luciana, é a substituição do perdão pelo ódio, pela vingança: *Bandido bom é bandido morto*. Aqueles que erram, devem pagar com suas vidas. E as boas novas? E Dimas, ao lado de Jesus, que disse: *Leve-me para o seu Paraíso ainda hoje*. E Jesus... (Manifestações nas galerias.) Não é *ipsis litteris*. O Pastor de vocês está ali, aqui está um Parlamentar. Jesus disse a ele que o levaria naquele mesmo dia e o encontraria no Paraíso, porque arrependeu-se. Todos têm o direito ao arrependimento, todas as pessoas, inclusive vocês. Todas, sem exceção, dos mais hipócritas aos menos hipócritas, dos mais pecadores aos menos pecadores, aos que fazem do templo uma casa de comércio e vendem lâmpadas abençoadas, águas da fonte do Rio Jordão, pedras do Muro das Lamentações e toda a sorte de cafajestice, de picaretagem, até esses podem se arrepender. (Manifestações nas galerias.) O meu tempo está correndo, Sr. Presidente. O meu tempo está correndo. Quero um minuto...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor. (Manifestações nas galerias.) Por favor. Olha...

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Pela ordem, Presidente. Sabe qual é o grande problema, Presidente? Com todo o respeito, a manifestação das pessoas é sempre legítima, apesar de não ser o momento adequado, porque é a fala de um Deputado. Mas o grande problema, e é uma indignação de todos os Deputados, porque já conversei com vários hoje sobre isto, é ter um outro Deputado exaltando este tipo de atitude, interrompendo a fala de um Parlamentar. Esses tempos atrás a APP-Sindicato estava aqui e erroneamente interrompeu a fala do Deputado Hussein. Nenhum dos Deputados da nossa bancada exaltou isso, favoreceu, incentivou e falou para continuar. Então, Sr. Presidente, peço que a Mesa tome uma posição para que o Deputado não continue exaltando este tipo de atitude. Que as pessoas se manifestem quando o Deputado terminar a fala e que falem

aquilo que elas acreditam, porque é direito delas, mas que os Deputados tenham direito à fala e que os outros Deputados não incentivem atitudes como essas.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Pela ordem, Presidente.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não, não tem pela ordem. Estou falando. Aí é demais!

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Ah, está bom! Desculpe. Deixe ele falar, depois...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Deixe-me terminar de falar, daí tem as ordens, não é? Tá louco!

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Deixe o profeta continuar, depois eu falo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, Deputado, olha aqui. Por favor, as galerias também. Esta Casa é uma casa plural, todos têm o direito de se manifestarem dentro de princípios seus e do que defendem. Portanto, ouvimos aqui o Deputado Tito, com os aplausos de todos vocês, soubemos compreender e todo mundo ouviu. Portanto, por favor, respeitem o Parlamentar que está na tribuna, independente da posição dele. É um direito dele, como é direito dos demais expressarem aquilo que entendem. Então, peço essa compreensão de todos vocês. Cada um tem sua crença, interpreta da forma como acha melhor, e esta Presidência tem a função de agir aqui como magistrado. É muito difícil para mim também ficar fazendo aqui cada pouco uma intervenção! Então, ajudem-nos. Deixem o Deputado concluir, depois é outra história, vocês se manifestam. Deputado, por favor.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Estava com aproximadamente cinco minutos no relógio e ele continuou correndo, ainda continua.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, seu tempo foi congelado aqui.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não, não foi, porque observei. Então, o senhor pode ver também nas câmeras, porque observei.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, a assessoria, Deputado...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Quatro minutos e quarenta e poucos segundos a hora em que pedi a interrupção.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): A Deputada Ana Júlia fez uma intervenção, o seu tempo correu.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não, não! Desculpe, quatro minutos e quarenta e poucos segundos na hora em que pedi...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, não vamos polemizar aqui, por favor. O Presidente tem a autonomia e a autoridade, e aqui ninguém está me enganando. Vossa Excelência primeiro me ouça. Vossa Excelência me ouça. Estou sendo respeitoso com V.Ex.^a. A minha assessoria não está me enganando. Portanto, o seu tempo está estabelecido aqui, são três minutos e dez segundos.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não, o meu tempo estava em quatro minutos...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Então V.Ex.^a encerre o seu pronunciamento, porque não vou lhe conceder mais tempo.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Fique à vontade. Fique à vontade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não vou lhe conceder. Mais uma vez V.Ex.^a gosta de polemizar...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Então pare o meu tempo enquanto o senhor fala, por favor! Enquanto falo, o senhor ouve, porque me inscrevi devidamente, de acordo com o Regimento desta Casa, para estar me pronunciando. Se o senhor quer se pronunciar sobre o mérito da minha questão, faça a inscrição e fale. Portanto, ouça, o senhor e os hipócritas religiosos que lotam esta Casa, que foram os mesmos que crucificaram a Cristo, pessoas... (Manifestações nas galerias.)

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, não há nenhum hipócrita aqui dentro, Deputado. Vossa Excelência limite a sua fala! Vossa Excelência limite a sua fala!

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Ele está sendo ofensivo com a plateia, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Aqui não tem hipócrita! (Manifestações nas galerias.) Corta... Determino que corte a palavra do Deputado. Vamos em frente. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Márcia Huçulak (PSD), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhner (UNIÃO) (43 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Alexandre Curi (PSD), função administrativa, Arilson Chiorato (PT), conforme art. 97 inc. III do § 3.º do Regimento Interno; Bazana (PSD), conforme art. 97 inc. IV do § 3.º do Regimento Interno; Evandro Araújo (PSD), conforme art. 97 inc. VI do § 3.º do Regimento Interno; Do Carmo (UNIÃO), conforme art. 97 inc. VI do § 3.º do

Regimento Interno; e Marcio Pacheco (REP), conforme art. 97 inc. VI do § 3.º do Regimento Interno (6 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Cobra Repórter (PSD), Douglas Fabrício (CDN), Marcel Micheletto (PL), Professor Lemos (PT) e Tiago Amaral (PSD) (3 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento...

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Parabéns, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD):

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Um Projeto de Lei de autoria da Deputada Cantora Mara Lima...

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, Presidente... Pela ordem, Presidente.

(Manifestações paralelas do Deputado Renato Freitas, mesmo com o sistema de som desligado.)

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Pela ordem. Os senhores podem divergir, mas cortar a palavra de um Parlamentar nesta Casa, vai ser a primeira vez.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Tenho autoridade para isto, desde que...

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Qual artigo?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): ... desde que o Deputado respeite a Presidência, e ele não está respeitando, Deputado. Vossa Excelência me permita. Com toda a educação.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Para o senhor cortar a palavra dele, quero o artigo do Regimento, Presidente. Regimento Interno. Não pode!

(Manifestações paralelas do Deputado Renato Freitas, mesmo com o sistema de som desligado.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Um Projeto de Lei de autoria da Deputada Mara Lima (**Autuado sob o n.º 849/2023**), que institui a Semana Estadual das Mulheres de Fé, a ser comemorada na quarta semana do mês de outubro...

(Manifestações paralelas do Deputado Renato Freitas, mesmo com o sistema de som desligado.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Um Projeto de Lei do Deputado Matheus Vermelho (**Autuado sob o n.º 843/2023**), que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias e permissionárias disponibilizarem a modalidade pix ou outra forma equivalente como meio de pagamento instantâneo. Um Projeto de Lei do Deputado Professor Lemos (**Autuado sob o n.º 842/2023**), que concede o título de utilidade pública à Associação dos Trabalhadores Rurais Irmã Dulce, do Assentamento Nova Itaúna, com sede no município de Manoel Ribas. Um Projeto de Lei dos Deputados Renato Freitas e Goura (**Autuado sob o n.º 847/2023**), que altera a Lei n.º 20.738, de 4 de outubro de 2021, que instituiu o Programa Paraná Mais Verde e dá outras providências. Dois Projetos de Lei do Deputado Adão Litro: (**Autuado sob o n.º 845/2023**), que concede o título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao Senhor Gilson Antônio Tedesco; e (**Autuado sob o n.º 846/2023**), que concede o título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao Senhor Robson Gilson Tedesco...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): O senhor não é rei. O senhor não... (É retirado o som.) O senhor não é rei. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Dois Projetos de autoria do Deputado Soldado Adriano José: (**Autuado sob o n.º 848/2023**), que concede o título de utilidade pública à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguagé; e (**Autuado sob o n.º 844/2023**), que institui diretrizes para a implantação da política pública de sanitização de ambientes no Estado do Paraná, a fim de evitar a transmissão de doenças infectocontagiosas.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Você me respeite.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado... Aliás, Deputado...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Você me respeite.

(Manifestações paralelas do Deputado Renato Freitas, mesmo com o sistema de som desligado.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Peço à Comissão novamente de Ética que instaure novo procedimento contra este Deputado. Vossa Excelência me chamou há pouco aqui de... Vossa Excelência...

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Hipócrita.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está gravado. Estou levantando.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Chamou de hipócrita, Presidente.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Deixe ele gritar, Presidente. Vamos votar. (Manifestações nas galerias.)

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Me dá o tatame, Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência chamou todos de hipócritas. Peço à assessoria do PT que retire o Deputado do Plenário, sob pena de encerrarmos a Sessão. Deputado Romanelli, tem limite na vida!

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Presidente, deixe ele falar sozinho. Vamos votar.

(Manifestações paralelas do Deputado Renato Freitas, mesmo com o sistema de som desligado.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Tem limite, Deputado Romanelli. Tem limite!

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Você me respeite.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Vamos votar, Presidente. Deixe ele ficar gritando aí.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Vamos votar, Presidente. Deixe falar, Presidente.

(Manifestações paralelas do Deputado Renato Freitas, mesmo com o sistema de som desligado.)

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Corrupto. Você é um corrupto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ordem do Dia.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Presidente, ele está chamando o senhor de corrupto. Quero que seja... (É retirado o som.)

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Você é um corrupto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor...

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Ele chamou o senhor de corrupto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, está registrado aqui. Vossa Excelência me chama de corruto. Vossa Excelência está rompendo... Aguarde. Aguarde. Aguarde. Vossa Excelência vive se vitimizando mais uma vez. (Manifestações nas galerias.)

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Eu não roubo dinheiro do povo.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Presidente, vamos para o Item 1, Presidente. Vamos para o Item 1.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

Passamos aos Itens da pauta.

Item 1, Item 2... São 7 Redações Finais. Já de conhecimento dos Sr.^s Deputados.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 - Redação Final do Projeto de Lei n.º 575/2019, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede título e utilidade pública à Associação de Capoeira da Região de Ibiporã, com sede no município de Ibiporã.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 272/2023, de autoria do Deputado Paulo Gomes, que dispõe sobre a divulgação e informação quanto à cobrança da taxa de serviço ou gorjeta, bem como sua natureza opcional e facultativa, quando cobrada por restaurantes, lanchonetes, bares, hotéis e demais estabelecimentos de gênero similar.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 454/2023, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Doutor Roberto Issamu Yosida.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 462/2023, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, o mês Setembro Caramelo, dedicado às ações de adoção consciente de animais domésticos.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 659/2023, de autoria do Deputado Professor Lemos, que concede o título de utilidade pública à Associação dos Agricultores Familiares do 19 de junho - AAF 19 de junho, com sede no município de Cândido de Abreu.

ITEM 6 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 679/2203, de autoria do Deputado Matheus Vermelho, que concede o título de utilidade pública à Associação de Vôlei de Quedas do Iguaçu, com sede no município de Quedas do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 7 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 735/2023, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que concede o Título de Utilidade Pública À Associação das Mulheres do Café do Norte Pioneiro do Paraná, com sede no Município de Pinhalão.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 8 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 543/2023, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que denomina Douglas Ferro a passarela que dá acesso

ao Santuário São Miguel Arcanjo, localizada na BR-369, no município de Bandeirantes. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Emenda da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno Emenda aprovada em 2.^a discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.

(Manifestações paralelas do Deputado Renato Freitas, mesmo com o sistema de som desligado.)

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Fale com a minha mão!

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Ah, quinta série!

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Seu corrupto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Muito obrigado pela sua fala, ela é essencial para as providências necessárias de quebra de decoro parlamentar.

Regimento Interno, art. 28, VII: *Cabe ao Presidente da Assembleia cortar a palavra a qualquer momento, desde que o orador não se comporte devidamente.*

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): O que é se comportar devidamente?

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Parabéns, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Respeito.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Em que momento o desrespeitei, antes de você retirar o meu tempo? Hã?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, por favor, estamos em processo de votação do Item 8. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (37 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cobra Repórter, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho e Tiago Amaral (17 Deputados).]* Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda em segunda discussão.**

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Só queria chamar a atenção dos senhores membros da Comissão de Orçamento, que, logo após a Sessão, no auditório Deputado Rubens Recalcatti, teremos uma reunião da Comissão de Orçamento, para a qual todas as Deputadas e Deputados estão convidados a participar, para iniciarmos a discussão sobre o PPA e a LOA.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, pela ordem também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, apesar de tudo o que está acontecendo aqui hoje, não posso deixar de falar sobre o nosso Operário Ferroviário, que ontem venceu, no Germano; muitos altos e baixos, mas

conseguimos subir para a Série B. Então, quero deixar a minha homenagem para a torcida operariana, para a diretoria, para os jogadores e para todos aqueles que nunca deixam de acreditar no nosso Fantasma. Somos o maior do Interior. Então, parabéns ao Operário. (Aplausos.)

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Pela ordem, Deputado Traiano. Pela Liderança do PL.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Jacovós, por favor.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Deputado Traiano, em razão desses fatos lamentáveis ocorridos hoje aqui nesta Sessão, neste Plenário, vou fazer um Requerimento pelo PL. Temos que rever o Regimento Interno para que Deputados não possam usar a palavra..., às vezes usa no Pequeno Expediente, usa no Grande Expediente e depois vai usar a Liderança, aí há contrapontos. Então, precisamos rever o Regimento Interno, porque fatos como esse não teriam ocorrido se o Deputado que ora perpetrado todo este teatro aqui tivesse falado por uma única vez, que acho que é o mais correto.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Teatro é você, seu hipócrita.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Jacovós, essa mudança do Regimento já está em pauta, está sendo revisado e pretendo, inclusive, que na terça-feira já esteja na CCJ, sobre as mudanças possíveis.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Senhor Presidente, registre o meu voto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Batatinha. Trinta e oito votos. Está aprovada a Emenda em 2.ª Discussão.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Presidente Traiano, Deputado Reichembach.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

ITEM 9 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 289/2022, de autoria dos Deputados Goura e Tadeu Veneri, que revoga a Lei 19.992, de 13 de novembro de 2019, e altera o art. 1.º da Lei 14.356, de 7 de abril de 2004, que institui, no âmbito do

Estado do Paraná, a Semana e o Dia do Tropeiro. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, Deputado Ricardo Arruda. Enquanto temos a votação, só para dar um anúncio. Amanhã vai ter um culto da Bancada Evangélica, às 11 horas, com o Bispo Sérgio, que é um Bispo da nossa igreja. Será um culto bem abençoado. Então, estão todos convidados. Amanhã, às 11 horas, culto no Espaço Ecumênico, aqui na Alep. Muito obrigado.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Presidente, aproveitando o momento, pela ordem, também quero pedir. Lembrar a todos da Audiência Pública sobre a Cadeia Produtiva do Leite amanhã, às 9h30, no Plenarinho. Inclusive a Presidência está convidada, se tiver possibilidade de participar será bem-vinda, bem como todos os Deputados. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Gugu, V.Ex.^a precisa votar, Deputado Nelson Justus. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (35 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Professor Lemos, Renato Freitas e Tiago Amaral (19 Deputados).]* Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 289/2022.**

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 271/2023, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que institui o Dia Estadual do Muladeiro, a ser comemorado anualmente no dia 17 de janeiro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção Aos Animais. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Soldado Adriano José, Hussein Bakri, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Cloara Pinheiro, Tiago Amaral, Samuel Dantas, Delegado Jacovós e Gugu Bueno.) O Projeto recebeu Emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 292/2023, de autoria do Deputado Ricardo Arruda, que institui a Semana Estadual de Incentivo ao Estudo Bíblico. Pareceres favoráveis da CCJ e comissão de cultura. Emenda da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a Emenda. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “*sim*”.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Só queria anunciar, aqui, Presidente, muitos me perguntavam no decorrer de alguns dias. O nosso Presidente Estadual aqui do Republicanos teve uma mudança, uma alteração, a nossa Executiva Nacional decidiu pela mudança. Então, quero dar as boas-vindas ao Marcelo Almeida, que vai assumir o Republicanos aqui no Estado do Paraná. Agradecer todo o trabalho que o Valdemar fez nesses seis anos que esteve à frente do nosso partido. Então, o partido Republicanos, falo em meu nome, em nome de Marcio Pacheco, de Mara Lima, recebemos o Marcelo Almeida dando as boas-vindas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Cloara, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Nelson Justus, Requião Filho.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Por favor, colegas, votem. Este é o Projeto de Lei que vai instituir o estudo bíblico nas escolas. É um Projeto importante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (35 Deputados); **Abstenção:** Renato Freitas (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Professor Lemos, Requião Filho e Tiago Amaral (18 Deputados).]* Com 35 votos favoráveis e 1 abstenção, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 292/2023.**

Vamos submeter ao voto a Emenda. Em discussão a Emenda. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, que tal o mesmo tratamento do pessoal da segurança que é dado para os convidados do Professor Lemos?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Peço à nossa segurança que retire esse cidadão que está fazendo arruaça aí em cima, por favor. Critério para todos. Comandante, coronel, segurança, por favor. Aqui ou você obedece à ordem ou então esta Casa, infelizmente, está fadada a ser desmoralizada. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando*

*Guerra, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (29 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (25 Deputados).]* Com 29 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a emenda.**

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 320/2022, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que institui a “Semana do Condômino”, para conscientização sobre os direitos e deveres do proprietário de imóvel condominial. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, queria só fazer, pela ordem, uma recomendação às Sr.^{as} e aos Sr.^s Parlamentares, que amanhã tragam água de casa e que seja feito o exame físico, químico e bacteriológico na água que foi servida aqui neste Plenário.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Deputado Traiano, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vou aproveitar para comunicar também aos Sr.^s Deputados. Eu havia já dado essa informação, que amanhã teremos duas Sessões, uma Ordinária normal da terça-feira e a antecipada de quarta-feira. Deputado Turini, pela ordem.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Deputado Traiano e demais Deputados, só fazer um lembrete, que logo após a Sessão teremos uma reunião da Comissão de Saúde, que será na sala ao lado aqui. Então, chamando os membros da Comissão, que teremos vários Projetos para deliberar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (33 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (21 Deputados).]* Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 320/2022.**

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ney.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): A Deputada Flávia Francischini me pede que lembre a todas as Deputadas e Deputados que hoje, às 19 horas, tem Sessão em homenagem às Guardas Municipais de todo Paraná, e estão todos convidados. Faço um desagravo ao Deputado Jacovós, meu vizinho de gabinete, que não é hipócrita, muito pelo contrário, é extremamente autêntico, às vezes até demais. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD):

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 274/2023, de autoria do Deputado Paulo Gomes, que dispõe sobre a cobrança de *couvert* artístico e a obrigatoriedade de colocação de placas informativas dos valores. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Emenda da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “*sim*”, Sr. Presidente.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Fabio.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Apesar de não ser minha proposição, Sr. Presidente, mas hoje à noite, às 19 horas, vai ter uma entrega de menção honrosa ao chamado Grupo Legendários, que é formado por centenas de pessoas do Brasil todo. Esta Casa vai fazer esta menção honrosa hoje. Eu, como legendário, apesar de não ser o Deputado que propôs, ser o Deputado Cobra, só ressalto aqui e destaco o convite a todos os Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (30 Deputados); **Abstenção:** Márcia Huçulak (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (23 Deputados).]* Com 30 votos favoráveis e 1 abstenção, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 274/2023.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2503/2023, das Deputadas Cantora Mara Lima e Clora Pinheiro, solicitando o envio de menção honrosa à Sr.^a Maria Goretti David Lopes, pela participação na Audiência Pública de abertura do Outubro Rosa 2023;

Requerimento n.º 2504/2023, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de menção honrosa ao tradicional restaurante cambeense, o Bar da Cocheira, que oferece com muito brilhantismo maravilhosas experiências gastronômicas, lazer e entretenimento à população do município de Cambé e de toda a Região Norte do Paraná;

Requerimento n.º 2509/2023, do Deputado Luís Corti, solicitando o registro e o envio de moção de apoio ao município de São Jorge D'Oeste, que foi atingido na noite do dia 3 de outubro de 2023 por forte tempestade ocorrida;

Requerimentos n.ºs 2510 e 2511/2023, do Deputado Luís Corti, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa: à Sr.^a Cláudia Regina Leão do Nascimento Thomaz, pela excelência prestada em prol da Superintendência Regional da 9.^a Região Fiscal da Receita Federal; e à Casa Familiar Rural do município de São Jorge D'Oeste;

Requerimentos n.ºs 2512 a 2514 e 2516/2023, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Campina do Simão, 28 anos; Sarandi, 42 anos; Céu Azul, 57 anos; Tupãssi, 40 anos; **Requerimento n.º 2515/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de congratulações e aplausos ao Coritiba Foot Club, pela conquista do Bicampeonato Paranaense Sub-20, ocorrido no dia 7 de outubro de 2023, nesta Capital;

Requerimento n.º 2518/2023, das Deputadas Mabel Canto, Cristina Silvestri, Cloara Pinheiro, Márcia Huçulak e Luciana Rafagnin, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à jornalista Wandy Luz, que com seu trabalho inspira mulheres a perseguirem seus sonhos e compartilharem suas vozes únicas, demonstrando o impacto positivo que uma mulher dedicada pode ter na sociedade.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 2507/2023, dos Deputados Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Maria Victória, Adão Litro, Nelson Justus, Luís Corti, Artagão Junior, Ademar Traiano, Alisson Wandscheer e Gugu Bueno, requerendo a alteração da justificativa do Requerimento de n.º 835/2023, que constituiu a Frente Parlamentar dos Geradores de Energias Renováveis da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a fim adequar e incluir no texto todas as fontes de energias renováveis, nos exatos termos do anexo I; **Requerimento n.º 2508/2023**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, requerendo a retirada de tramitação e o arquivamento do Projeto de Lei n.º 42/2020, que concede o desconto no pagamento de taxas relativas à renovação da carteira nacional de habilitação às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e dá outras providências; **Requerimento n.º 2522/2023**, do Deputado Goura, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 737/2023.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro do Estado): **Requerimento n.º 2505/2023**, da Deputada Mabel Canto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 3 de outubro de 2023; **Requerimento n.º 2519/2023**, do Deputado Arilson Chiorato, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9 de outubro de 2023.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 2506/2023**, do Deputado Fábio Oliveira, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 1.º, 6, 7 e 8 de novembro de 2023; **Requerimento n.º 2517/2023**, do Deputado Bazana, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 9 e 10 de outubro de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 2520/2023**, do Deputado Gilberto Ribeiro, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 2, 3 e 4 de outubro de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 2521/2023**, do Deputado Evandro Araújo, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9 de outubro de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras **Sessões Ordinárias** para o dia de amanhã, terça-feira, dia 10 de outubro de 2023, à hora regimental, com as seguintes **Ordens do Dia: 1.ª Sessão Ordinária - 3.ª** Discussão do Projeto de Lei n.º 292/2023; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 564/2021, 320/2022 e 274/2023; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.º 455/2023, 537/2023, 570/2023, 597/2023, 655/2023, 706/2023, 718/2023, 734/2023, 740/2023 e 751/2023 e do Projeto de Resolução n.º 10/2023; e **2.ª Sessão Ordinária, antecipada de quarta-feira - 3.ª** Discussão do Projeto de Lei n.º 564/2021; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 274/2023, 455/2023, 537/2023, 570/2023, 597/2023, 655/2023, 706/2023, 718/2023, 734/2023, 740/2023 e 751/2023 e do Projeto de Resolução n.º 10/2023; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 369/2023.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, só rapidinho. Uma questão de ordem bem rapidinha. Ao final da fala do Parlamentar Renato Freitas temos aqui algumas denúncias de injúria racial vindas lá de cima. Gostaria que o Gabinete Militar fizesse esse levantamento, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Se V.Ex.^a me trazer a informação. Aliás, o nosso Coronel, que é o Chefe da Casa Militar, já me deu a informação e está já averiguando essa situação. Se realmente for confirmado, a Casa vai tomar as providências.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Ótimo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD):

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h32, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)